



CADERNO DE RESUMOS

VII Seminário TRT/UFPE & II Caravana ANPUH/PE

História, Trabalho e Direitos

Universidade Federal de Pernambuco

21, 22 e 23 de novembro de 2017



CADERNO DE RESUMOS

VII Seminário TRT/UFPE & II Caravana ANPUH/PE

História, Trabalho e Direitos

Universidade Federal de Pernambuco

21, 22 e 23 de novembro de 2017

Comissão Organizadora:

Arthur Gustavo Lira do Nascimento (UFPE)

Alcileide Cabral (UFRPE)

Antonio Torres Montenegro (UFPE)

Arthur Lira (UFPE)

Carolina Cahú (APEJE)

Hélder Remígio (UNICAP / UPE)

Humberto Miranda (UFRPE)

Joana Maria Lucena de Araújo (UFPE)

Juliana Andrade (UFRPE)

Karlene Sayanne Ferreira Araújo (UFPE)

Márcio Vilela (CAp-UFPE)

Mário Ribeiro (UPE)

Pablo Porfirio (CAp-UFPE)

Regina Beatriz Guimarães Neto (UFPE)

Rosely Tavares (SEDUC/PE)

Silvia Couceiro (FUNDAJ)

Thâmara Brenda Lopes de Souza (UFPE)

Vera Braga (SEDUC)

Wagner Geminiano (FAMASUL)

SUMÁRIO

ST 01 - HISTÓRIA DA ÁSIA	06
ST 02 - PROTAGONISMOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA E ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA	12
ST 03 - ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO	18
ST 04 - ENSINO DE HISTÓRIA: CURRÍCULO, MATERIAIS DIDÁTICOS E A HISTORIOGRAFIA ESCOLAR	20
ST 05 - HISTÓRIA CULTURAL: UM DIÁLOGO ENTRE CAMPOS	24
ST 06 - GÊNERO, MEMÓRIAS E IDENTIDADES: HISTÓRIAS DE LUTAS	28
ST 07 - INFÂNCIAS E JUVENTUDES: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	33
ST 08 - HISTÓRIA DAS RELIGIÕES	41
ST 09 - TRABALHO, MEMÓRIA E FONTES JUDICIAIS	45
ST 10 - ARTISTAS E INTELLECTUAIS: PRODUÇÕES, ESPAÇOS INSTITUCIONAIS, TRAJETÓRIAS E SOCIABILIDADES LETRADAS	58

Programação

21/11 (Terça-Feira)

09:00-12:00

Credenciamento

*Local: Sala do TRT/UFPE
- 4º andar (CFCH)*

14:30-16:30

Mesa 1

História e Educação

Prof^a. Dr^a. Juliana
Andrade

(UFRPE), Prof.

Dr. Márcio Ananias
(CAP-UFPE) e Prof^a.

Dr^a. Isabel Guillen
(UFPE)

*Local: Auditório do 3º
andar (CFCH)*

18:30

Abertura oficial

Conferência

"Conflitos no Campo;
Continuidades e
Descontinuidades"

Prof. Dr. Moacir

Palmeira

(UFRJ/Museu
Nacional)

*Local: Auditório do 3º
andar (CFCH)*

22/11 (Quarta-Feira)

08:00-10:00

Oficinas

10:00-11:30

Lançamento de livros

*Local: Auditório do 3º
andar (CFCH)*

13:30-15:30

Simpósios Temáticos

15:40-18:00

Mesa 02

História e Direitos

Prof^a. Dr^a Regina Beatriz,
Desembargadora Dr^a
Eneida Melo e Procuradora
Dr^a Débora Tito

*Local: Auditório do 3º
andar (CFCH)*

19:15

Conferência

"Considerações sobre
'Direitos' na Memória
Operaria e na Memória
Camponesa"

Prof. Dr. José Sérgio Leite
Lopes (UFRJ/Museu
Nacional)

*Local: Auditório do 3º
andar (CFCH)*

23/11 (Quinta-Feira)

08:00-10:00

Oficinas

10:00-11:30

Assembleia ANPUH-PE

*Local: Auditório do 3º
andar (CFCH)*

13:30-15:30

Simpósios Temáticos

15:40-18:00

Mesa 03

História e Política

Prof. Dr. Túlio Velho,
Prof. Dr. Antonio
Torres Montenegro e

Prof. Dr. Pablo Porfirio

*Local: Auditório do 3º
andar (CFCH)*

19:15

Conferência

de encerramento

"Relações de gênero,
Direitos e Democracia"

Prof^a. Dr^a. Joana Maria
Pedro (UFSC)

*Local: Auditório do 3º
andar (CFCH)*

**Simpósio Temático 01
HISTÓRIA DA ÁSIA**

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

**“ISHI WO TATEN KOTO”: O SAKUTEIKI E A APLICAÇÃO PRÁTICA DA ESTÉTICA DO
JAPÃO HEIAN**

Autora: Maria do Carmo Oliveira da Silva Neta
Graduanda em História pela Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: mary.oliveirasilvan@gmail.com

Orientação: Prof^a Dr^a Christine Rufino Dabat
Doutoranda Angélica Alencar

Resumo: Dentro do fazer histórico, já não se trabalha mais apenas com fontes documentais de ordem política ou militar, divulgadoras dos feitos de grandes heróis ou nações. Desde o surgimento da Escola de Annales, e das escolas do pensamento histórico subsequentes, tornou-se possível à História voltar-se para temáticas mais “periféricas” do ponto de vista tradicionalista e positivista.

Sendo assim, o presente trabalho tem por finalidade analisar a influência religiosa do Shintoísmo e do Budismo dentro da arte da jardinagem japonesa, tomando como ponto de partida a análise do Sakuteiki (作庭记), primeiro manual de concepção estética de jardins, que remonta ao Período Heian (século VIII - século XII). O trabalho visa analisar de que maneira a cultura da nobreza Heian, que se pauta no culto ao belo e elegante, fixando normas para padronizar hierárquica e esteticamente o mundo ao seu redor.

A metodologia utilizada consistiu na busca de dados dentro da fonte literária, aqui tratada enquanto fonte primária, e o cruzamento desses dados com obras historiográficas importantes para a compreensão do período e da temática.

Palavras-chave: História Ambiental; Jardins; História do Japão; Período Heian; História Medieval.

**NOVAS RELIGIÕES JAPONESAS: O MOVIMENTO DE EXPANSÃO E FIXAÇÃO DAS NOVAS
RELIGIÕES JAPONESAS NO BRASIL**

Fábio Marcelo de Albuquerque Melo Júnior
Graduando
Universidade Federal de Pernambuco
faabio.melo@hotmail.com

Resumo: O Brasil no início do Século XX recebeu uma onda de imigrantes japoneses, que se instalaram, trouxeram novos costumes e religiões para território brasileiro. O presente trabalho procura compreender como se deu o movimento de expansão e fixação das novas religiões japonesas no Brasil, desse modo, entender como religiões do Japão, que possui um contexto e dinâmica completamente diferente, se estabeleceram e se desenvolveram no Brasil. Para isso, serão abordadas questões referentes ao contexto de surgimento dessas religiões no Japão, no fim do período de Shogunato dos Tokugawa (1603 – 1868), e na transição para a restauração Meiji (1868 – 1912). Também será discutido o caráter missionário próximo ao pentecostalismo dessas novas religiões japonesas no Brasil, assim como, as diferenças de práticas religiosas entre

o catolicismo e as novas religiões japonesas ajudam a trazer mais adeptos para essas religiões estrangeiras.

Palavras-chave: Novas religiões japonesas, Brasil, Japão.

LU XUN E O EVOLUCIONISMO

Bruno Pontes Motta (Graduando Bacharelado História UFPE)

brunomotta44@gmail.com

Elizabeth Baptista de Lacerda (Graduanda Bacharelado História UFPE)

elizabethlacerdagm@gmail.com

Orientadora: Prof.^aDr.^aChristine Dabat

Resumo: Lu Xun (1881-1936), considerado o maior escritor moderno da China, foi um grande crítico da sociedade chinesa de sua época. Sua obra literária tinha por objetivo acordar seu povo, para que este pudesse mudar a realidade de seu país. Até hoje, ele exerce influência sobre o pensamento chinês, por sucessivas reinterpretações de seus escritos. Como a maioria dos intelectuais chineses do início do século XX, período em que o Darwinismo Social estava em alta, Lu Xun, que chegou a cursar medicina no Japão, foi influenciado pelo evolucionismo social dos escritos de Yan Fu, Liang Qichao e Thomas Huxley, para citar alguns. A teoria da evolução foi usada para estimular a luta por reformas sociais, uma vez que o homem tinha a possibilidade de evoluir e só assim poderia sobreviver. O objetivo deste trabalho é observar a trajetória intelectual de Lu Xun, segundo obras suas e sobre ele, e estabelecer uma relação de sua visão de mundo com o evolucionismo, buscando verificar como este foi percebido por um feroz intérprete do caos no qual o país se encontrava.

Palavras-chave: Lu Xun. Evolucionismo. China Republicana.

O USO DOS CARTAZES DE SAÚDE PÚBLICA NA CHINA NO SÉCULO XX

Bianca Cruz dos Anjos

Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: biancacruz16@hotmail.com

Resumo: Os cartazes de saúde pública são recursos visuais bastante utilizados por governos que visam instalar campanhas de higiene pessoal e reformas sanitárias na sociedade, a leitura desses cartazes ainda permite entender como a higiene pessoal desdobra-se em uma consciência coletiva a respeito do saneamento ambiental. A China é nitidamente um exemplo de governo que dispôs desses cartazes, a saúde foi edificada como um projeto de desenvolvimento do país por meio da comunicação visual e textual de práticas de higiene, amostra disso é a propaganda *Modos de Infecção e Prevenção*. Assim, a pesquisa pretende perscrutar os elementos visuais e ideológicos em cartazes de saúde pública chinesa no século XX, especificamente as propagandas: a luta contra ópio, *Campanha de Saúde Patriótica* e a campanha *As 4 Pragas*. Os cartazes da Campanha de Saúde Patriótica obtiveram amplitude a nível médico e político, a higiene pessoal se articulou a limpeza coletiva, fortalecendo a luta pela limpeza do país. As 4 Pragas, mesmo de curta duração, foi divulgada nos cartazes e obteve melhorias na qualidade da água e no tratamento de resíduos. Portanto, os cartazes de saúde pública na China não se restringem a capacitação de

sua população, mas apresentam para outras sociedades o aprendizado dos princípios, cultura e política do país.

Palavras-chave: Medicina, higiene pública, China.

OS CONQUISTADORES DE ANDRÉ MALRAUX (1928): OS DESENCONTROS POLÍTICOS DE UMA GREVE NACIONALISTA

Philippe Silva de Lima Paulino
paulinophilipe@live.com
(Graduando – UFPE)

Orientadora: Profa Christine Dabat

Resumo: China, 1925: “foi decretada a greve geral em Cantão”. Com essa frase André Malraux inicia seu primeiro de três livros sobre a Ásia do século XX, *Os Conquistadores*, lançado em 1928. O romance histórico descreve a greve geral da cidade de Cantão e a influência dessa ação sobre os portos e a economia da região, incluindo o coração da economia britânica na China, Hong Kong. Após os eventos que marcaram o 23 de junho na região de Canton (Guangzhou), capital do Guangdong, então sob a tutela do partido nacionalista (Guomindang), a aliança Partido Comunista Chinês-Guomindang - concluída à iniciativa de Sun Yatsen com a ajuda do Comintern - permitiu uma breve aliança entre trabalhadores organizados e cadetes da Escola Militar de Whampoa (Huangpu). Certas medidas então tomadas visavam conseguir a promulgação da liminar proibindo que barcos oriundos de Hong Kong ancorassem no porto de Cantão, distribuindo, então, os produtos de empresas estrangeiras. A comunicação visa apresentar, por meio do romance histórico, a organização grevista no sul da China em 1925, num dos momentos mais importantes da revolução chinesa, e como o autor francês representou a presença imperialista na Ásia, contra a qual havia lutado na Indochina colonizada.

PODE O DAOÍSMO CONTRIBUIR COM UMA CIÊNCIA ECOLÓGICA? DIFERENTES APROPRIAÇÕES DA FILOSOFIA CHINESA EM PROL DE UMA ÉTICA AMBIENTAL.

Daniel Tiago de Vasconcelos (Graduando em História na UFPE)
Email: danieltiagov@hotmail.com
Orientação: Profª Christine Rufino Y. Dabat.

Resumo: Este trabalho analisa a ideia de que os povos do Extremo Oriente possuem um valor mais adequado aos problemas na relação homem-natureza do que os ocidentais. No que tange ao Daoísmo, academicamente sempre foi associado a defesa de um menor impacto frente ao meio ambiente, se comparado com seu rival complementar o Confucianismo, ou com a cultura ocidental dominante. No período da Guerra Fria e fins do séc. XX muitos autores tentaram se apropriar do vocabulário daoísta para propor uma Ética Ambiental. No Brasil, a obra do educador Huberto Rohden articula a tradição daoísta dentro de uma religião ecológica ecumênica. Na Austrália a busca por um ambientalismo mais profundo, fez uma aproximação seguida de uma crítica da capacidade da filosofia chinesa mobilizar as pessoas na causa ambiental. E nos estudos religiosos dos Estados Unidos, em meio a várias posições, o Daoísmo chegou a ser visto como elemento para contribuir para um aperfeiçoamento da própria tradição cristã. Apesar do “risco inevitável da distorção de reduzir complexos ensinamentos duma tradição de 2.500 anos”, nas palavras de Mary Evelyn Tucker, essa aproximação foi feita e encontrou adeptos na academia, em círculos religiosos, ambientalistas e num mercado editorial lucrativo, sempre voltando ao tema.

Palavras-chave: Ecologia e Religião; Daoísmo; Ativismo Ambiental.

LOBOS E OVELHAS SOB A GRANDE VIDA: AS RELAÇÕES DOS MONGÓIS PARA COM A NATUREZA EM OPOSIÇÃO À DOS CHINESES.

José Mateus Barbosa da Silva
Graduando pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Christine Rufino Dabat
jmbarbosa.hist@gmail.com

Resumo: O seguinte trabalho foi constituído com o objetivo de analisar as representações das relações dos mongóis com o meio natural em que habitam, radicalmente diferente daquelas dos seus vizinhos chineses. Testemunho mais recente, e muito benévolo, é a do guarda vermelho Jiang Rong, que devido a sua origem citadina e chinesa, conheceu um grande choque cultural ao entrar em contato com a vida dos pastores da Mongólia Interior durante a Revolução Cultural (1965–1977). As filosofias e práticas que regem as relações homem/natureza de ambos os grupos tendem a ocupar posições opostas senão antagônicas. O objetivo do presente trabalho consiste em questionar, com esse encontro, as categorias de “lobos” e “ovelhas” a partir do que as tradições dos mongóis denominam “A Grande Vida”, em contraste com a visão chinesa de “bárbaros” sobre as populações das estepes.

Palavras-chave: Mongóis; Relações Homem/Natureza.

Quinta-feira, 23 de novembro de 2017:

“AS FERROVIAS PODEM SE TORNAR UMA AGÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DO MAL” ROBERT STEPHENSON E OS PROJETOS DE ESTRADAS DE FERRO ENTRE EGITO E ÍNDIA NOS ANOS 1850.

Renata Conceição Nóbrega Santos
(Universidade Federal Rural de Pernambuco, mestranda do Programa de Pós Graduação em
História, e-mail: rcnobrega@yahoo.com)

Resumo: Em 1938 seria publicada a primeira edição de *Hind Swaraj or Indian Home Rule*, onde Gandhi tratou das condições da Índia, referindo-se às ferrovias como um agente perverso naquele cenário. Gandhi afirmou que as ferrovias poderiam não espalhar a fome, mas imprimiam velocidade ao mal e afastavam a população das práticas da peregrinação. Cem anos antes, em 1838, o engenheiro vitoriano Robert Stephenson articulava diversas estradas de ferro, inclusive no Brasil, no Egito e na Índia. Seu obituário, que circulou no *Institute of Civil Engineers* (ICE) em 1860, dizia que desde a inauguração da linha urbana *The London and Birmingham*, em 1825, até o final de sua vida, Robert Stephenson esteve a frente de obras importantes “in every quarter of the globe”, exemplificando os seguintes locais onde teria atuado: Bélgica, Suíça, Noruega, Dinamarca, Toscana, Canadá, Egito e Índia. No caso desses dois últimos, a circulação tanto de Robert Stephenson, quanto de outros engenheiros serviram de fio condutor desta pesquisa. Observou-se indício de um ambicioso plano de intercomunicação entre Inglaterra e Índia através do Egito que, independentemente de sua concretização, alterou as realidades ambientais, sociais e políticas desses lugares. Mesmo sem conectar portos e ferrovias às rotas e às cidades portuárias indianas da Ásia através do norte da África, no caso da Índia a malha ferroviária foi construída e ampliada ao longo dos anos, colaborando na constituição espaço temporal daquele ambiente e na própria alteração das percepções de espaço e de tempo dos que ali viviam. Não por acaso, o historiador

Ian J. Kerr (2006), em *Engines of Changes: The Railroads that made India (Moving Through History: Transportation and Society)*, respondeu “perhaps” à sua indagação de partida: “No railroads, no India?”. Dentre as fontes, foram analisados contratos, obituários de engenheiros, fotografias, mapas e publicações dos anos 1850. O estudo apresentou uma breve amostra da história da Índia, do meio ambiente e de sua exploração.

Palavras-chave: ferrovias, fronteiras, Índia, meio ambiente.

"LA TRATA AMARILLA" EN EL PERU: SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO DE TRABALHADORES CHINESES NOS SETORES PRODUTIVOS PERUANOS EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Victor Hugo Luna Peres
Mestre em História (UFPE)
E-mail: victorhperes@hotmail.com

Resumo: Em 1849, a primeira leva de trabalhadores chineses chegou ao Peru como uma experiência de transição do mercado de trabalho frente aos efeitos da iminente emancipação dos escravos (1854/5). Sob contratos de trabalho nominalmente “livre”, mas em muitos aspectos extremamente coercitivos, aproximadamente 100.000 trabalhadores tiveram de desenvolver, ao longo da segunda metade do século XIX, suas atividades de labor e vida sob condições sociais, legais e econômicas bastante adversas. Estas experiências e suas conexões com um movimento global – as migrações para o trabalho, então desenvolvidas – são o mote principal do presente esforço. Neste sentido, pretende-se aqui apresentar, de maneira não exaustiva, os argumentos, os trâmites políticos e diplomáticos, e as justificativas econômicas que puseram em movimento tantas ideias, capitais e pessoas ao redor do globo e condicionaram complexos rearranjos das expectativas de vida dos trabalhadores chineses. Para tanto, foram utilizadas uma gama ampla de fontes, a saber: artigos de jornais (New York Times), relatos de viagem, documentos oficiais e uma série de trabalhos clássicos sobre a temática.

Palavras-chave: Migrações; Trabalhadores Chineses; Peru.

“CONQUISTANDO A LUA”: MISSIONÁRIOS, CIÊNCIA E PERSEGUIÇÃO NA CHINA DO SÉCULO XVIII

Débora Lopes do Rêgo
Mestranda em História,
Universidade Federal de Pernambuco
e-mail: dbr.lopes.r@gmail.com

Resumo: A China, sem dúvida, tem um lugar especial nos relatos dos missionários europeus. Os habitantes do império, tidos como um “povo de sábios”, foram considerados por muito tempo o sonho catequista de muitos padres da Igreja Católica. A grandeza e a dificuldade da missão foi belamente descrita pelo franciscano Alfaro ao afirmar que “com ou sem soldados, querer ir à China é o mesmo que tentar conquistar a lua” (LACOUTURE, 1991 p.258). Aos poucos, no entanto, os sacerdotes europeus encontraram seu caminho até Beijing, guiados pelos sucessos e fracassos do pioneiro jesuíta, o padre italiano Matteo Ricci (1552-1610). Exatamente duzentos anos após a construção da primeira igreja católica na China continental, em 1783, desembarcava no porto de Macau D. Frei Alexandre de Gouveia (1751-1808), nomeado pela coroa portuguesa como Bispo de Pequim, e requisitado pelo próprio império chinês Qianlong [乾隆; *Qiánlóng*] (1711-1799) para que assumisse o cargo de matemático-chefe da Corte Imperial. Os missionários católicos

conseguiram permanecer durante mais de um século na capital da China, um lugar que poucos estrangeiros tinham sequer permissão para visitar. As qualidades desses europeus que atraíram a atenção dos mandarins e do próprio imperador da China, entretanto, pouco tinham a ver com o conteúdo religioso que pregavam: pois o “método Ricci”, adotado no século XVI, fez uso dos avanços nas ciências e nas artes da Europa Renascentista e mais tarde do Iluminismo, para ganhar a confiança e o interesse da elite chinesa.

Palavras-chave: China, Jesuítas, Ciência.

O ENCONTRO DO OCIDENTE COM O ORIENTE: A JORNADA JESUÍTICA NA CHINA IMPERIAL (SÉCULOS XVI – XVIII)

Anna Luisa Souza de Almeida
Graduada em História bacharelado pela UFPE
E-mail: anna_luisaskf@yahoo.com.br

Resumo: A chegada dos jesuítas na China imperial, na segunda metade do século XVI, foi um marco na difusão do cristianismo pela Companhia de Jesus, durante a expansão marítima europeia. Como metodologia de evangelização os jesuítas adotaram o confucianismo primitivo e a difusão do conhecimento científico europeu como base para viabilizar o desenvolvimento do diálogo com os letrados chineses, pois os religiosos europeus concentraram seu trabalho primeiro na elite chinesa.

Essa missão jesuítica tem como uma de suas principais figuras Matteo Ricci, missionário italiano da cidade de Macerata (1552-1610), que chegou em 1583 na China, guiado por Michele Ruggiere (1543-16010). A intensão desta apresentação é de expor como se desenvolveu o trabalho de evangelização dos jesuítas em território chinês, onde esses religiosos por meio da aculturação valorizaram a cultura chinesa. E também, como o método de “acomodação” adotado por Matteo Ricci realizou algumas aproximações entre o cristianismo e o confucianismo. A finalidade desses métodos era de adequar os princípios católicos à realidade chinesa, permitindo assim a expansão da missão. O presente trabalho visa também pontuar os problemas e desafios enfrentados pela missão jesuíta ao longo do sua jornada de evangelização até a sua supressão em 1724, pelo imperador Yongcheng (1678-1735).

Palavras-chave: China, missão jesuítica, cristianismo.

ENTRE O SÉCULO XV E XVI: O ORIENTE NOS ESTUDOS DA GLOBAL HISTORY E DOS SUBALTERN STUDIES

Eltern Campina Vale

Resumo: Esta comunicação pretende debater o contributo da historiografia produzida pelo grupo ligado aos *Subaltern Studies* e da *Global History*, especificamente, nos temas relacionados ao recorte temporal entre os séculos XV e XVI. Enquanto marco inicial e decisivo nas redefinições de relações entre Oriente e Ocidente, delimita-se o ano de 1498, com a chegada do navegador português Vasco da Gama em Calicute, na Índia. Deste modo, torna-se referenciais os estudos dos historiadores, a saber, Ranajit Guha, Sanjay Subrahmanyam, Serge Gruzinsky e Dipesh Chakrabarty numa escrita a partir do oriente, em detrimento das visões eurocêtricas, orientalistas e imperialistas. Estes autores, produziram novos olhares históricos e historiográficos sobre o período entre o 1400-1600 ao partirem da distância do aparato orientalista e eurocêntrico, o que levou a releituras nas relações entre Oriente e Ocidente.

Palavras-chave: Global history, subaltern studies, oriente, ocidente, mundialização; orientalismo.

LITERATURA NIILISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE O REINADO DO TSAR ALEXANDRE II (1855-1881)

Odomiro Barreiro Fonseca Filho
Doutor em História pela USP

Resumo: O tsar Alexandre II (1818-1881) foi coroado após a morte do seu pai, Nicolau I (1796-1855), e teve que lidar com uma forte pressão de todos os setores políticos do Império Russo por reformas, principalmente após a derrota militar na Guerra da Criméia (1853-1855). O clamor por modernização vinha até dos setores conservadores do exército, uma vez que a Rússia perdera uma guerra após uma sequência de dois séculos e meio de triunfos. Os setores liberais, cuja vertente mais radical era chamada de niilista, se apoiavam na estética politizada do Realismo Russo para a divulgação de ideais progressistas e revolucionários, pois a literatura era um dos poucos meios capazes de driblar a rígida censura tsarista. Críticos como Nikolai Tchernichévski (1828-1889) e o jovem Nikolai Dobroliúbov (1836-1861), que comandavam a principal revista do país (*Sovremênnik*), conclamaram novos escritores de origem não-nobre (*raznotchíntsy*) para denunciarem os atrasos promovidos pelo regime autocrático. Entre os novos escritores destacamos Vassili Sleptsov, um autor negligenciado até hoje devido às suas complexas posições políticas.

Palavras-chave: Literatura Russa; História da Rússia; Niilismo Russo.

Simpósio Temático 02 PROTAGONISMOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA E ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

DA INVISIBILIDADE AO RESSURGIMENTO: O PROTAGONISMO DOS ÍNDIOS XUKURU- KARIRI EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

Mary Hellen Lima das Neves
Mestranda em História da Universidade Federal de Alagoas – UFAL
e-mail:maryhellenlima@hotmail.com

Resumo: Os séculos XX e XXI tornaram-se marcos para os povos indígenas, pois possibilitaram sua visibilidade e conseqüentemente mobilizações em todo o Brasil. O texto apresentado tem como breve finalidade evidenciar os indígenas Xukuru-Kariri habitantes do município de Palmeira dos Índios/AL e suas estratégias de resistência frente às inúmeras tentativas dos posseiros em marginalizar e desconsiderar os protagonismos dos citados indígenas. Como suporte teórico utilizaremos alguns referenciais específicos sobre o povo Xukuru-Kariri, que abordaram aspectos socioculturais do cotidiano e os processos de territorialização vivenciados pelos Xukuru-Kariri, além de outros autores que discutiram sobre os povos indígenas no Nordeste e no Brasil, onde por meio de perspectivas de análises, evidenciaram os povos indígenas como agentes históricos que se mobilizam para conquistarem e afirmarem direitos sociopolíticos.

Palavras-Chave: Estratégias. Indígenas. Mobilizações.

EMERGÊNCIA ÉTNICA E REORGANIZAÇÃO SOCIAL DO POVO XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

Brunemberg da Silva Soares
Mestrando em História da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG
brunemberg@hotmail.com

Prof. Dr. Edson Hely Silva (orientador)
edson.edsilva@hotmail.com

Resumo: Este texto tem como objetivo discutir o processo de emergência étnica do povo indígena Xukuru-Kariri, habitante no município de Palmeira dos Índios/AL, considerando suas resistências diante das perseguições e espoliações territoriais que lhes foram impostas a partir da chegada de colonos ao “Aldeamento da Palmeira” no final do século XVIII, que resultou na extinção do aldeamento e no silenciamento desse povo. Nossas reflexões baseiam-se em análise documental, a exemplo da petição de terras feita pelos Xukuru-Kariri, no ano de 1822 e os desdobramentos desse requerimento, documentos e escritos sobre a fundação da Fazenda Canto, primeiro aldeamento que marcou historicamente a reorganização do povo esbulhados de suas terras nos séculos XVIII e XIX, além de pesquisadores que se dedicam especificamente ao estudo do povo Xukuru-Kariri e outros autores vinculados a história dos índios no Nordeste.

Palavras-Chave: Emergência Étnica. Fazenda Canto. Movimentos Indígenas.

DA INVISIBILIDADE ÀS MOBILIZAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS: OS XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

Amanda Maria Antero da Silva
Mestranda em História
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
E-mail: amandaantero16@gmail.com

Prof. Dr. Edson Silva
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
E-mail: edson.edsilva@hotmail.com

Resumo: Os movimentos indígenas conquistaram maior visibilidade a partir do século XX com o processo de emergência e de reafirmação étnica e vem contribuindo, apesar das muitas dificuldades, na efetivação de alguns direitos e exposição de suas reivindicações, confirmando a autonomia dos povos indígenas. O objetivo desse texto é realizar uma discussão sobre as mobilizações organizadas pelo povo Xukuru-Kariri no Município de Palmeira dos Índios em Alagoas expondo a atuação sociopolítica dos indígenas frente aos discursos estereotipados que se construíram na localidade e que são refletidos no ensino. Nossas reflexões estão baseadas em pesquisadores indígenas e não indígenas vinculados à chamada “nova história indígena” que tem evidenciado o protagonismo indígena na História.

Palavras-chaves: Movimentos Indígenas. Protagonismo. Resistência.

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO INDÍGENA DE JOSÉ DE ALENCAR E O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA

Flavio Joselino Benites

Especialista em Culturas e Histórias dos Povos Indígenas, graduando em Letras Bacharelado pela Universidade Federal de Pernambuco UFPE.
E-mail: flaviojbenites@gmail.com

Resumo: Abordaremos a temática indígena em sala de aula no Ensino Básico, nos diálogos entre Literatura e História problematizando a concepção do fato literário. Problematizaremos através da AD Análise do Discurso de Michel Pêcheux, o legado da obra indianista de José de Alencar somado a discussão da implementação da Lei 11.645/2008. Refletiremos acerca do alcance das obras indianistas de Alencar no século XIX em especial *Iracema*, pois, foi um dos livros que contribuiu para se ter uma visão naturalizada do índio e, que perduram até os dias atuais. Sendo assim, pretendemos fazer uma discussão transversal entre a AD, Ensino da Temática Indígena, literatura e história, na tentativa de agregar um ferramental a mais para tentar entender o porquê alguns obstáculos impedem que a Lei 11.645/2008 ainda não esteja consolidado de fato em sala de aula. Isso porque, constatamos que mesmo com a lei em vigor ainda persiste o imaginário comum do índio genérico, que vive na floresta, que deve exótico para ser índio dentre outras atribuições equivocadas, sendo reproduzidas por vários setores da sociedade.

Palavras-Chave: Temática indígena, Análise do Discurso AD, José de Alencar.

A LEI DE Nº 11.645/2008 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Maria José Barboza
Mestre em História – UFPE
e-mail: mariajose.barboza@yahoo.com.br

Resumo: No século XIX a fala oficial promoveu o “desaparecimento” dos índios, tais povos continuaram suas lutas – especialmente no Nordeste – ao buscarem suas origens nos aldeamentos extintos, assumindo suas identidades e a buscarem por direitos garantidos pela Constituição de 1998 através de mobilizações que suscitaram discussões e implementações de políticas públicas que atendam as demandas sociais de direitos específicos. Nesse contexto a Lei de nº 11.645/2008 ao promover a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Indígena busca ser resposta as demandas sociais de reconhecimento das diversidades existentes no Brasil. Simultaneamente, levanta debates acerca das possibilidades do ensino e conhecimento das culturas indígenas no país, bem como, o processo de formação de professores. Considerando esses aspectos, o trabalho proposto visa pensar sobre o ensino da temática indígena na formação de professores, em algumas faculdades no Agreste de Pernambuco.

Palavras chaves: Lei 11.645/2008; formação de professores, Agreste de Pernambuco

POVOS INDÍGENAS E HISTÓRIA LOCAL: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA PARAÍBA

Myziara Miranda da Silva Vasconcelos
Mestre em História – UFPB
Professora da Rede Municipal de Ipojuca
myziaramiranda@yahoo.com.br

Resumo: A sanção da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados, fomentou inúmeros debates acerca de sua implantação, principalmente, no tocante à

formação docente e à produção de materiais didáticos pertinentes. A maioria destes materiais apresentam distorções e informações equivocadas a respeito da história e da cultura dos diferentes povos indígenas do Brasil, contribuindo para o reforço de imagens estereotipadas e ações discriminatórias. Acreditamos que o ensino de história local pode contribuir para superar este enfoque superficial e reducionista acerca dos indígenas, uma vez que possibilita a construção e a consolidação de identidades, sejam individuais ou coletivas, bem como o reconhecimento da diferença e da diversidade. Neste contexto, apresentamos uma análise das representações dos povos indígenas em dois livros didáticos de história da Paraíba, destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo um publicado em 1997 e outro em 2011, isto é, antes e depois da Lei nº 11.645/2008. Buscamos ressaltar como os povos indígenas habitantes do estado da Paraíba vêm sendo representados nos materiais, destacando mudanças e permanências.

Palavras-chave: Povos Indígenas, História Local, Livros Didáticos.

Quinta-feira, 23 de novembro de 2017:

A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA

Rosemary Pinheiro Da Paz
Mestranda em Ciências da Religião - PPGCR/UNICAP.
Graduada em Licenciatura em História – UFRPE
SEDUC-PE
rosemarypaz@yahoo.com.br

Drance Elias da Silva
Pós-doutorado pela Escola Superior de Teologia - RS (Faculdades EST). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Religiões, Identidades e Diálogos. Editor da Revista Teologia e Ciências da Religião da UNICAP. dranceelias1991@gmail.com

Resumo: Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da área de Ciências Humanas e suas tecnologias para a disciplina de História ressaltam a importância das discussões sobre os conceitos de cultura, memória e cidadania como essenciais para a compreensão das culturas indígenas, pois dará consistência à compreensão da diversidade e da unidade que fazem da História do Brasil o complexo cultural que lhe dá vida e sentido. Nos dias atuais os povos indígenas estão em evidência, esse protagonismo é causado pela lei 11.645 de 10 de março de 2008, com esta lei a disciplina de História do Brasil passa a ter a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nas nossas instituições de ensino. No espaço escolar a cultura e a religiosidade indígena ainda sofrem preconceitos e discriminação. Buscando contribuir para uma conscientização sobre a diversidade religiosa, e uma atitude de respeito às diferentes crenças, valores, culturas e religião, no uso da educação intercultural. Esse trabalho tem como objetivo propor uma intervenção didático-pedagógica para analisar as mudanças de concepções de estudantes do Ensino Médio, de uma Escola Pública do Estado de Pernambuco, sobre a cultura e religiosidade indígena quando utilizando como ferramenta o Ciclo da Experiência Kellyana.

Palavras-chave: Cultura e religião indígena. Educação intercultural. Ciclo da experiência Kellyana.

Abstract: The National Curriculum Parameters (NCP) of the Human Sciences area and its technologies for the discipline of History emphasize the importance of the discussions about the concepts of culture, memory and citizenship as essential for the understanding of indigenous cultures, as it will give consistency to the understanding of diversity and the unity that make the

history of Brazil the cultural complex that gives it life and meaning. Nowadays indigenous peoples are in evidence, this protagonism is caused by Law 11.645 of March 10, 2008, with this law the discipline of History of Brazil becomes obligatory the teaching of indigenous history and culture in our institutions of teaching. In the school space, indigenous culture and religiosity still suffer prejudices and discrimination. Seeking to contribute to an awareness of religious diversity, and an attitude of respect for different beliefs, values, cultures and religion, in the use of intercultural education. This work aims to propose a didactic-pedagogical intervention to analyze the changes of conceptions of high school students of a Public School of the State of Pernambuco on indigenous culture and religiosity when using as a tool the Kellyana Experience Cycle

Keywords: Indigenous culture and religion. Intercultural education. Experience cycle Kellyana.

A TEMÁTICA INDÍGENA NA LITERATURA INFANTIL: NARRATIVAS E IMAGENS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

Maria Amanda Vitorino da Silva
Especialista em História e Cultura dos Povos Indígenas (UFPE/CAA)
amandapedrovitorino@hotmail.com

Resumo: As narrativas são relevantes instrumentos para a construção de sujeitos e identidades, desta forma a literatura tem sido importante aliado neste processo. E a temática indígena no contexto da literatura, tem desde os cronistas até a construção de uma literatura infantil brasileira, servida aos interesses ideológicos vigentes. Mesmo em tempos onde a legislação, através da Lei nº 11.645/08, deixa claro a importância e obrigatoriedade do ensino da temática indígena nas escolas. Ainda carecemos de uma literatura infantil que aborde a referida temática através dos conceitos de sociodiversidade e na perspectiva da interculturalidade crítica, onde os povos indígenas são objetos e sujeitos de sua própria narrativa.

Palavras-chave: Literatura; literatura infantil; temática indígena.

ANÁLISE E PERCEPÇÕES SOBRE A APLICABILIDADE DA LEI 11.645 EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA.

Deisiane da Silva Bezerra
Graduada em História pela Universidade estadual de Alagoas. Especialista em História pela Faculdade São Luís de França/SE. Mestranda em História pelo PPGH UFCG. Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado orientada pelo professor Dr. Edson Silva UFPE/UFGC. Professora da educação básica na Secretaria Municipal de Educação-SEMED em Igaci. E-mail: deisybezerra@hotmail.com

Resumo: A obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e cultura indígena em escolas públicas e particulares, de acordo com a lei 11.645/08, contribui com a disseminação da história, percepção de mundo e valores dos educandos. O trabalho do professor, concerne não apenas em introduzir estes conteúdos às disciplinas, mas trabalhá-los numa perspectiva ampla, fazendo uma análise reflexiva sobre o lugar do índio no passado, presente e futuro. Deste modo, interessa-nos analisar as práticas de ensino e a receptividade do educando no estudo dessas sociedades, considerando as expressões, religiosidades, cultura e organização social diferenciada indígena. Para possibilitar essa discussão, nos fundamentaremos em autores como: Edson Silva, Circe Bittencourt, Leandro Karnal e Jaime Pinsky. Utilizaremos pesquisa bibliográfica e análise qualitativa da relação ensino/aprendizagem em escola, de nível básico, da rede pública e privada, situadas nos municípios de Igaci/AL e Palmeira dos Índios/ AL.

Palavras-chave: Ensino. História indígena. Currículos.

PROTAGONISMO DA JUVENTUDE INDÍGINA XUKURU: ARTICULANDO SABERES

Maria de Fátima Menezes
Mestranda no programa de Educação
contemporânea – PPGEDUC do CAA- UFPE.
Email: fatima19menezes@gamil.com

Resumo: Este trabalho procura evidenciar as diferentes maneiras pelas quais a juventude indígena Xukuru tem articulado os diferentes saberes e se tornado protagonistas na construção e ressignificação de sua identidade étnica.

A participação da juventude indígena na contemporaneidade nos movimentos indígenas junto a outras lideranças tem se direcionado na mobilização por seus direitos – terra, educação, saúde, segurança entre outros. É importante ressaltar que a juventude indígena, especialmente a juventude Xukuru procura articular os saberes novos adquiridos fora das aldeias com os saberes dos mais velhos que compõe suas comunidades, mostrando assim, o respeito pelos saberes ancestrais, sem desconsiderar a importância dos novos conhecimentos adquiridos.

Portanto, os movimentos indígenas juvenis tem colaborado para o fortalecimento de seus povos, na busca e conquista dos seus direitos e na ressignificação de suas identidades. A discussão desta temática terá como embasamento pesquisas já realizadas com o povo Xukuru.

Palavras-chave: Protagonismo, Juventude, diferença.

OS ÍNDIOS DA VOLTA DO MOXOTÓ (JATOBÁ/PE): IDENTIDADE ÉTNICA, MEMÓRIA E TERRITORIALIZAÇÃO

Wellcherline Miranda Lima
SEE/PE – Secretaria de Educação de Pernambuco. Doutoranda em Ciências da Religião
(UNICAP).
E-mail: wellcherline@yahoo.com.br

Resumo: A presença indígena na região submédio do rio São Francisco é muito antiga cujos estudos históricos, arqueológicos e antropológicos anunciaram a existência indígena através dos sítios arqueológicos em terras planas e nas margens do rio São Francisco e serras que revelam os modos de habitação e trabalho, as antigas práticas culturais como os rituais fúnebres e os tipos de objetos de cerâmica. A terra é onde intercedem as formas materiais da dinâmica entre “materialização e desmaterialização” que contém especificações como: a categorização do espaço ecológico determinado; a qualificação categórica dos índios da Volta do Moxotó /Pankaiwka e não os demais indígenas e a fronteira que são os limites das práticas onde encontramos os processos de construção da identidade étnica. O presente artigo tem a finalidade de apresentar a dinâmica social e territorial, bem como, a construção da identidade que é relevada pela memória dos índios Pankaiwka que habitam o distrito da Volta do Moxotó, no município de Jatobá/PE.

Palavras-chave: Identidade étnica; memória e territorialização.

“QUEM MAPEIA QUEM?”: SENTIDOS DA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL NO NORDESTE INDÍGINA

Whodson Silva
Mestrando em Antropologia – PPGA/UFPE

Resumo: As problematizações acerca do mapa e de como esse instrumento revela relações de poder e desigualdades segue na direção dos estudos produzidos pelo Projeto Nova Cartografia Social (PNCS). O referido projeto propicia reflexões e produções de mapas elaborados pelas próprias comunidades, que passam a constituir instrumentos importantes no contexto de lutas por direitos coletivos. Objetivamos com este trabalho analisar os sentidos dos mapas produzidos pelos grupos indígenas do semiárido nordestino no contexto do PNCS – Série de Fascículos intitulado: “Povos Indígenas do Nordeste”. As forças envolvidas nas práticas da Nova Cartografia Social têm refletido, em grande proporção, lutas sociais por reconhecimento identitário e territorial. Nesse sentido, os protagonismos indígenas, ao cartografar as temáticas que são pertinentes aos seus territórios, visibilizam o enfrentamento à lógica predominantemente capitalista que, revelando o território enquanto terreno disputado material e simbolicamente. Assim, propomos ampliar os debates da Nova Cartografia Social sobre “quem mapeia quem?” (ACSELRAD, 2013), no sentido de fazer emergir as discussões sobre as “tramas territoriais” que são subjacentes a tais iniciativas.

Palavras-chave: Nova Cartografia Social; Povos Indígenas; Protagonismo Indígena.

<p style="text-align: center;">Simpósio Temático 03 ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO</p>

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

AS IRMANDADES DE HOMENS PRETOS E A POSSIBILIDADE DE LIBERTAÇÃO DE SEUS MEMBROS

Petros José da Rocha Brandão
Mestrando UFRPE
petrosjose@hotmail.com

Resumo: Existe uma ampla bibliografia a respeito das irmandades de homens pretos e a relação que elas exerceram na população negra durante o período escravista. De maneira geral existem duas leituras relativas as irmandades de pretos: uma em que afirmam ser essas formas de assimilar a população negra a cultura portuguesa católica, e a segunda, que essas seriam uma forma de resistência ao sistema escravista, possibilitando a essa população auxílio mutuo e a possibilidade de libertação de alguns de seus membros. O intuito deste artigo não é colocar uma posição definitiva a respeito dessas instituições, mas apenas contribuir com o debate do lugar social das mesmas, ou mesmo se existe a possibilidade de enquadrá-las categoricamente como espaços de assimilação ou de resistência.

Palavras-chave: Escravidão. Irmandades. Liberdade.

DEBATES ACERCA DOS "HOMENS DE COR": O DIARIO DE PERNAMBUCO E A EMANCIPAÇÃO ESCRAVA

Yves Antônio Albuquerque da Silva
Mestrando em História
Universidade Federal de Pernambuco
yves-albuquerque@hotmail.com

Resumo: Este trabalho investiga através do jornal Diário de Pernambuco os discursos elaborados acerca do “homem de cor” nos anos que antecedem a abolição da escravidão no Brasil. Desta forma, os temas relacionados à sua condição de cidadania e liberdade a partir do momento em que o trabalho deixava de ser escravo para ser livre é de extrema importância.

É sabido que a década de 1870 é marcada pela entrada das ideias científico-raciais no país e que essas ideias buscavam criar discursos que barrassem o acesso à cidadania desses homens, assim, o que busco mostrar de que forma esse ideário penetrava o debate político do período em que emancipação/abolição estavam em discussão nos jornais, tendo em vista que Recife, por conta da Faculdade de Direito do Recife, era um importante centro de difusão das referidas ideias.

Palavras-chave: Diário de Pernambuco, racismo-científico, abolição.

A FORJA DA HARMONIA: A IMPRENSA PERNAMBUCANA E OS PRIMEIROS ANOS DA LEI DO VENTRE LIVRE (1871-1874).

Gabriel Navarro de Barros
Doutorando em História, UFPE
E-mail: b_navarro_2@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho busca compreender como a presidência da província de Pernambuco e importantes periódicos da imprensa local (fundamentalmente o Diário de Pernambuco e o Jornal do Recife) buscaram forjar o ideal de uma pretensa harmonia social diante da promulgação da Lei do Ventre Livre. O debate que antecedeu a proclamação da lei foi tomado por forte tensão social e opiniões difusas, complexos fios de discordância que se atrelavam à atuação dos dirigentes políticos, dos proprietários de escravizados e dos abolicionistas. Os primeiros anos de vigência da Lei Rio Branco, contudo, contaram com a emergência de frequentes discursos cujo núcleo se ancorava na tentativa de constituir uma percepção de tranquilidade social para os habitantes de Pernambuco. O “esquecimento” das contradições que enlaçaram o processo que culminou na aprovação da lei parece ter sido proposital para a operacionalização desta estratégia de controle, isto é, da tentativa de consolidação de uma vontade de verdade “pacificadora”. É apenas a partir de 1874 que o jogo parece virar e que, enfim, as críticas às práticas decorrentes da lei tornam-se difundidas e intensas.

Palavras-chave: escravidão; lei do ventre livre; imprensa.

CULTURA ASSOCIATIVA NO RECIFE DO PÓS-ABOLIÇÃO: OS FRESSUREIROS DE PERNAMBUCO (1903-1916).

Karla Hegeane Vieira de Lima
Mestranda do Programa de Pós-graduação em História
Universidade Federal de Pernambuco
karli_lima@hotmail.com

Resumo: A forma como os trabalhadores, agora livres, se organizaram para enfrentar as adversidades do mundo do trabalho no início da República ainda é uma problemática a ser explorada. Em nosso caso, intentamos contribuir para a temática com o estudo de um grupo de trabalhadores (vendedores de miúdos) que se organizou em torno de uma mutualista, a Associação dos Fressureiros de Pernambuco, e que nos anos iniciais do século XX aparecem na imprensa local em diversos papéis sociais. Muitas vezes fazendo parte dos estereótipos criados em torno dos homens negros, vagabundos e perigosos, mas também como realizadores de greves em confronto direto com seus opositos. Acreditamos ser essa categoria de trabalho bastante representativa do modo como os trabalhadores se organizaram no período.

A apresentação em questão tentará percorrer alguns desses papéis representados pelos fressureiros e como a existência de uma associação mutualista foi fundamental para organização desses homens, não só enquanto seguro na adversidade, mas também na elaboração de técnicas de luta e sobrevivência.

Palavras-chave: cultura associativa, mutualismo, pós-abolição.

<p style="text-align: center;">Simpósio Temático 04 ENSINO DE HISTÓRIA: CURRÍCULO, MATERIAIS DIDÁTICOS E A HISTORIOGRAFIA ESCOLAR</p>

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

AS RELAÇÕES ENTRE AS DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO E O ENSINO DE HISTÓRIA EM PITIMBU/PB: UM ESTUDO DE CASO.

Eduardo da Silva Vicente Junior
Mestrando em Educação pela Universidad Del Salvador –USAL
Professor da Rede Pública de Pitimbu- PB
E-mail: eduardjunio@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre a Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002, conhecida como Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e o Ensino de História em Pitimbu/PB, tendo como fio condutor da investigação, um estudo de caso na escola RCS (sigla utilizada para preservar a identificação da instituição). Ou seja, investigamos se/como as diretrizes desse importante documento, são implementadas nessa escola. Diante disso, verificamos que o Ensino de História foi relevante para a construção da identidade escolar como um todo (docentes, alunos, funcionários e comunidade), contempla a diversidade do campo em os seus aspectos: culturais, sociais, econômicos, políticos, de gênero e etnia.

Palavras-chave: Educação do Campo, Ensino de História, Pitimbu/PB.

ENSINO DE HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS, CONSTRUINDO UMA PERSPECTIVA CIDADÃ.

Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante
Mestrando Ensino de
História, UFPE.
bernardotenorio14@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal, discutir as possíveis relações entre o Ensino de História e a formação em Direitos humanos, partindo das contribuições teóricas feitas pelos pesquisadores que trabalham com os temas da educação histórica relacionados com as categoria e processos cognitivos discutidos pelo historiador alemão Jorn Rusen. Procura estabelecer um diálogo com pesquisadoras nacionais da área de ensino de história que interviram no debate tendo como foco a história no universo da cultura escolar, (Helenice Rocha, Flávia Caimi, Cintia Araújo) Com relação à perspectiva de Direitos humanos, esse artigo lida diretamente com o ponto de vista defendido pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos, que desenvolve uma crítica aos direitos humanos tal como são compreendidos a partir da cultura ocidental, liberal e capitalista. A ideia central é articular a aprendizagem em história com o ganho significativo de compreensão acerca dos valores fundamentais para a construção de um horizonte nos quais os alunos sejam capazes de mobilizar uma competência narrativa que os habilite a orientar-se no tempo em direção aos direitos humanos ressignificados por uma perspectiva que tome como ponto orientador a vivência da multiculturalidade.

Palavras-chave: Ensino de história, Direitos Humanos, Aprendizagem histórica.

O QUE SE ENSINA SOBRE A HISTÓRIA DE PERNAMBUCO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO

Mayara Ferreira Barros
Estudante de Graduação
Universidade Federal de Pernambuco
may.ferreira.2@hotmail.com
Orientadora: Ms^a. Grasiela Florêncio de Moraes
moraigrasiela@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho analisa como a História de Pernambuco é ensinada através de livros didáticos de História do Ensino Médio. A disciplina de História, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, atua na consolidação da cidadania, pressupondo que esta foi formada em boa parte durante o Ensino Fundamental. Contudo, com a atuação do livro como principal material didático e, muitas vezes, como um determinante curricular, é importante entendermos como a História de Pernambuco está sendo abordada para discentes pernambucanos da Educação Básica, mediante a livros, aprovados pelo PNLD 2018, que são de editoras do Sudeste do Brasil. Para tal análise, foram escolhidas duas coleções de manuais didáticos: *Conexões com a História*, dos autores Alexandre Alves e Letícia Fagundes, 2^a edição da Editora Moderna; e *História: Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, 2^a edição da FTD. Assim, através de uma análise comparativa, apreenderemos como Pernambuco é ensinado através do livro didático, explorando diversos recursos como, por exemplo, os textuais, iconográficos, as sugestões audiovisuais, atividades, etc.

Palavras-chave: Ensino de História; História de Pernambuco; Livros didáticos;

HISTORIOGRAFIA ESCOLAR E HISTÓRIA CULTURAL: CAMINHOS CONVERGENTES.

Luiz Adriano Lucena Aragão
Humberto Rafael de Andrade Silva
Pós-Graduação em História - UFRPE
adriano_lucena@hotmail.com

Resumo: A historiografia escolar vem sendo estudada e debatida, no Brasil, a muito tempo pelos historiadores do ensino de história. Porém, a partir da década de 1980, aconteceram mudanças na historiografia acadêmica que repercutiram na historiografia escolar e na produção didática. O objetivo em questão é apresentar, por um lado, como as articulações historiográficas, mencionadas, são possíveis; e por outro, como a história cultural se faz presente nesse debate. Partiremos da ideia de uma dialogicidade entre os paradigmas, nem sempre fácil de identificar, na historiografia escolar, que aponte olhares convergentes. Na década de 1990, vão eclodir no ensino de história novas linguagens, novas abordagens, novas temáticas, tudo isso fruto de transformações historiográficas que serão debatidas neste trabalho.

Palavras-chave: Ensino de história, Historiografia, História Cultural.

CAMINHOS PERCORRIDOS PARA ESCOLHA E UTILIZAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE PITIMBU/PB

Luciane de Paiva Correia.
Mestranda em Educação pela Universidad Del Salvador (USAL)
Professora Rede Municipal de Pitimbu /PB
E-mail: lucianedepaiva@gmail.com

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar o processo de apreciação e escolha dos livros didáticos de História do triênio 2017–2018-2019, em Pitimbu/PB, buscando investigar se/como as exigências legais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) são implementadas na consolidação deste processo. Esse cenário é complexo, envolvendo aspectos, como: a Regulamentação da seleção, da compra e da distribuição desses livros. Nesse sentido, o trabalho é baseado em um estudo de caso realizado por meio de uma pesquisa de campo. A partir dela foram coletados dados na Secretaria de Educação e em todas as Escolas do Ensino Fundamental - Série- Finais do município supracitado. Dessa forma, verificou-se que o livro didático de História é uma importante ferramenta para o ensino-aprendizagem. Ademais, o seu processo de escolha é complexo e permeado por aspectos pedagógicos, ideológicos e mercadológicos.

Palavras-chave: Ensino de História, Livros Didáticos, Pitimbu/PB.

Quinta-feira, 23 de novembro de 2017:

O CINEMA COMO FERRAMENTA POSSÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA SALA DE AULA

Antônio Barros de Aguiar
Mestrando em História Social da Cultura Regional pela UFRPE.
E-mail: barrosaguiar.ab25@hotmail.com

Resumo: A proposta deste texto é apresentar as possibilidades metodológicas e as limitações do trabalho com filmes no ensino de História e Cultura afro-brasileira. Tem-se por objetivo abordar algumas das principais contribuições teóricas de Robert Stam (2008), João Carlos Rodrigues (2001), Noel dos Santos Carvalho (2008) e Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (2009; 2013) sobre as representações de pessoas negras na primeira fase do Cinema Novo (da produção dos primeiros filmes deste movimento cinematográfico até 1964). Sendo assim, os filmes

são fontes históricas que podem se tornar em um valioso material didático para efetivar a Lei 10.639/03 na sala de aula, pois tal lei busca combater os estereótipos vividos pela população negra ao longo da história brasileira.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Cinema; Ensino de História.

O CINEMA NO CURRÍCULO E NO ENSINO DE HISTÓRIA

João Vitor Caldas de Souza
(Graduando - Universidade Federal de Pernambuco)
joaovitorcaldasouza@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo debater a utilização do Cinema na vivência dos professores no Brasil. Os filmes utilizados foram “Tempos Modernos” (1936), “As Sufragistas” (2015), “A Classe Operária vai ao Paraíso” (1971) e “Oliver Twist” (2005). A sequência didática analisada tem por tema: A Revolução Industrial pelos olhos do Cinema, executadas pelos bolsistas do PIBID/ História da UFPE, atuantes na Escola de Referência em Ensino Médio de Paulista, localizado no município de Paulista, em Pernambuco, durante o segundo bimestre letivo de 2017. A discussão enfocará a prática docente, a problematização dos conceitos que circulam à temática e a inserção do estudo da Sétima Arte na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História.

Palavras-chave: História, Cinema, Currículo.

OS PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E O USO DE MEMES NAS AULAS DE HISTÓRIA: UMA PESQUISA

Sílvio Ricardo Gouveia Cadena
Mestrando do PPGH-UFRPE
cadenaurpe@gmail.com

Resumo: Diante profusão de saberes e o “descentramento” dos conhecimentos acadêmicos e escolares diante de uma sociedade conectada, e levando-se em consideração a compreensão dos memes como representações de uma memória ligada a história, com os quais os alunos têm amplo acesso, o presente trabalho buscou averiguar junto aos docentes do ensino básico a utilização ou não deste recurso em suas aulas de História. Bem como as razões que os levaram a optar ou não por tais peças midiáticas. Assim, nos valem de um formulário digital com questões que nos auxiliassem compreender o local de fala destes professores, como em que tipo de rede e nível de ensino atuam, tempo de docência, idade, formação e gênero. Além disto, por meio de questão objetiva, perguntamos se faziam uso dos memes, se gostariam de utilizá-los e se não utilizavam. Por último lançamos uma questão dissertativa onde os docentes poderiam elencar as razões ou não para a utilização dos memes. Como retorno, tivemos a participação de 69 professores de várias partes do país. Por meio das respostas obtidas, pudemos inferir uma boa recepção dos docentes em relação o uso dos memes em suas aulas, sendo significativo que 42% afirmaram utilizar e 23,2% disseram que gostariam de utilizá-los.

Palavras-chave: Ensino de História; Memes; Materiais didáticos;

MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO: DA RESISTÊNCIA SOCIAL A EMERGÊNCIA EDUCACIONAL

José Correia de Amorim Júnior
Graduando em História EAD pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),
Recife/Pernambuco;

Thiago Nunes Soares
Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),
Professor do curso de História EAD da UFRPE, Recife/Pernambuco;

Resumo: O presente trabalho compõe um elo reflexivo sobre o histórico do movimento negro brasileiro, abordando suas principais características, lutas e conquistas. A partir dessa reflexão, relaciona as principais ações desse movimento no tocante a garantia do acesso a uma educação plural e democrática, que tem como consequência a promulgação da lei n. 10.639 no ano de 2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da história da África e Afro-Brasileira nas instituições públicas e particulares de ensino. Propõe uma reflexão articulada sobre o movimento negro e a educação como eixos essenciais no combate ao racismo e a discriminação racial, com ação transformadora no tocante a superação do mito de democracia racial. Problematisa a discussão a partir de vários estudos referentes ao papel do negro, da educação e do poder público na sociedade brasileira. Pensa a importância da lei 10.639/2003 na reflexão dos currículos educacionais brasileiros e suas possíveis modificações no imaginário pedagógico. Utiliza pesquisa bibliográfica e documental no tocante ao cumprimento dos seus objetivos. Para não concluir, reflete sobre o papel do movimento negro contemporâneo, na garantia da implementação pedagógica da referida lei e os caminhos para sua vivência nas instituições escolares brasileiras.
Palavras-chave: Movimento Negro. Educação. Relações étnico-raciais.

Simpósio Temático 05
HISTÓRIA CULTURAL: UM DIÁLOGO ENTRE CAMPOS

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

**REPRESENTAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO: PONTE MAURÍCIO DE NASSAU E A
MODERNIZAÇÃO**

Rafael Arruda (UFRPE)
ras_arruda@hotmail.com

Resumo: Tendo em mente que é no interior do campo simbólico que as representações e práticas sociais se desdobram e constroem as visões de mundo social, propõe-se neste trabalho uma análise da intervenção urbanística e suas relações com a continuidade cultural da cidade e a socialização dos espaços. Deste modo, deseja-se unir os conceitos de representação e de espaço público. Pensando a percepção e construção do espaço público e seus elementos base: configuração espacial, poder e relações sociais e o papel dos discursos que moldam as representações e práticas de tais espaços. Sendo assim o recorte histórico escolhido é o de início do século XX na cidade de Recife, no íterim das reformas urbanas do bairro de Recife. Mais especificamente tomando a Ponte Maurício de Nassau e seu entorno monumental como espaço público a se analisar. As obras da ponte ocorrem como um passo subsequente das reformas que aconteceram no bairro do Recife como um todo. Tais reformas iniciam-se em 1909 tendo por ponto de partida a reformulação do porto da cidade e contemplam um projeto de modernização. Serão

observados então os discursos e práticas modernizadoras que se apresentam no bojo destes acontecimentos e a relação destes com o uso do espaço público.

Palavras-chave: Espaço Público, Representação, Cidade.

“HER”: A ALEGORIA DAS RELAÇÕES EFÊMERAS

Ana Elisa Alexandre Batista Silva
Graduanda da Universidade Federal de Pernambuco
ae.alexandre@hotmail.com

Resumo: Sob a égide dos estudos de Zygmunt Bauman acerca da sociedade moderna e a fragilidade dos laços humanos, em conjunto com as teses do filósofo frankfurtiano Walter Benjamin acerca do modo como as transformações sociais influenciaram na faculdade perceptiva do homem moderno e a utilização do conceito de alegoria para contextualização do filme “Her” na nossa realidade através da relação hermenêutica que pode ser estabelecida a partir da desconstrução e reconstrução dos significados da produção cinematográfica. As ideias de Marc Ferro e Peter Burke enquanto historiadores que utilizam o cinema como objeto de estudo, rememorando que a Nova História Cultural permite que seja uma metodologia historiográfica viável.

Palavras-chave: História Cultural, Cinema, Zygmunt Bauman.

HISTÓRIA E IMPRENSA: UM DIÁLOGO COM O IMPRESSO JORNALÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Simone Bezerril Guedes Cardozo
Doutoranda – UFPE
E-mail: simone.bezerrill@gmail.com

Resumo: As diversas pesquisas historiográficas que têm privilegiado os jornais como principais fontes ou objetos de investigação demonstram a relevância desse tipo de documento para a análise de um conjunto de problemáticas de cunho sociocultural e político, inclusive para o alargamento do universo das temáticas. Trata-se de um campo que muito tem a contribuir com os estudos históricos, pois a imprensa, tomada em seu conjunto, não apenas registra os acontecimentos ocorridos numa dada sociedade; vai além, interage ativamente no processo de configuração sociopolítico. Entretanto, antes de privilegiar um jornal como objeto de estudo, é preciso saber analisá-lo, ou seja, é essencial ao pesquisador saber ler este tipo de documento. A historiadora Tania Regina de Luca (2005) já alertava para a importância de se estar atento aos aspectos que norteiam a materialidade dos impressos, o tipo do suporte, a estruturação e hierarquização das matérias, bem como a seleção dos temas e a construção dos enunciados, que nada têm de natural. Desse modo, este artigo apresenta algumas reflexões consideradas fundamentais ao se trabalhar com impressos jornalísticos, tendo como objeto de análise o jornal católico *A Imprensa*, fundado em 1987, na Paraíba.

Palavras-chave: História – Imprensa – Metodologia.

TRIOS ELÉTRICOS NO CARNAVAL DO RECIFE: ENTRE A TRADIÇÃO E A BAIANIZAÇÃO DA FESTA?

Augusto Neves da Silva
Doutor em História

Resumo: O presente trabalho se propõe a analisar a presença dos trios elétricos no Carnaval que se realizava na orla da praia da Boa Viagem, no Recife, ao longo dos anos de 1980. Os trios elétricos são elementos musicais, comumente, associados a folia momesca da Bahia. A presença dessas práticas de Carnaval por terras pernambucanas provocou relevante debate que foi reproduzido pelos jornais que circulavam na cidade nesses anos. Discutir a emergência dos trios elétricos no Carnaval do Recife é situar a festa num debate sobre a implementação de políticas públicas de cultura e, conseqüentemente, da construção de uma identidade cultural para a cidade. Enunciar os conflitos em torno da presença dos trios elétricos na orla da praia da Boa Viagem é relacionar esta problemática ao debate sobre tradição e modernidade tão comum na historiografia sobre a festa no Brasil.

Palavras-chave: Trios Elétricos - Carnaval do Recife - Políticas Públicas de Cultura.

O CONSELHO DE CULTURA DE PERNAMUCO (CEC): UM LUGAR DE MEMÓRIA

Rosely Tavares de Souza
Doutoranda em História – UFPE
roselytavares75@hotmail.com

Resumo: Traremos a lume o Conselho Estadual de Cultura como um lugar de memória do Estado de Pernambuco. A instituição é compreendida nessa pesquisa como um lugar dual: arquivo e enunciador de memórias. Essa comunicação traz um recorte entre os anos de 1979 – 1988, analisando sua significativa atuação para construção da memória cultural pernambucana. Ressalto que um dos objetivos desse debate, não está pautado em supervalorizar a ação do Estado como o único promotor das atividades culturais em Pernambuco, mas sobretudo compreender como foram construídos os embates entre os diversos agentes culturais que atuaram na instituição.

Palavras-chave: memória, agentes culturais, estado.

Quinta-feira, 23 de novembro de 2017:

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO EM PERNAMBUCO E A IMPRENSA NEGRA

Aílla Kássia de Lemos Santos
Graduanda
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: aillalemos@live.com

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo sobre o Movimento Negro Unificado de Pernambuco (MNU-PE), entidade fundada em 1982, que surge com a finalidade de organizar politicamente a comunidade negra de Recife. Pretende-se discutir a importância deste movimento nas décadas de 1980 e 1990, destacando as suas estratégias de atuação, como os eventos culturais e, principalmente, a Imprensa Negra. Através dos jornais *Negritude* (1986) e *Omnira* (1993), é possível compreender a postura do MNU-PE e suas principais discussões. Esses periódicos tinham como finalidade divulgar a história do povo negro, sua cultura e religiosidade. Além disso,

é necessário notar as suas particularidades, por exemplo, o *Negritude* tinha como objetivo divulgar os trabalhos, as campanhas e as bandeiras de luta da entidade e o *Omnira*, tinha seu conteúdo voltado para as mulheres negras e os problemas enfrentados em razão da relação entre o racismo e o sexismo. Desse modo, a pesquisa busca entender esse movimento através seus jornais, abordando os principais aspectos dos mesmos.

Palavras-chave: imprensa negra, movimentos negros, Pernambuco.

A MÚSICA COMO MILITÂNCIA NO MNU-PE – ENTRE TROCAS CULTURAIS NA DIÁSPORA NEGRA (1970-2000)

Isabella Puente de Andrade,
Mestranda em História pela UFPE.

Resumo: O resultado da diáspora negra, ocasionada no processo violento da escravidão dos povos de África, é aqui analisado enquanto forma de intercambiar experiências de segregação racial entre os povos não-brancos. Os movimentos negros ao redor do mundo, como o da África do Sul e dos Estados Unidos, foram de influência inequívoca aos movimentos afro-brasileiros, sendo destacada a importância da expressão artística para a luta antirracista no Brasil. Esse trabalho analisa esses intercâmbios culturais através de jornais e revistas, enfocando a música como estratégia encontrada para conscientizar a população afro-brasileira, pelo próprio Movimento Negro Unificado em suas diversas seções, notadamente o MNU-PE.

Palavras-chave: Movimento negro; diáspora; música; Pernambuco.

CRIATIVIDADE E INVENTIVIDADE MUSICAL NO RECIFE NA DÉCADA DE 1980.

Walter Ferreira de França Filho
Graduado e especialista em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Mestrando em História pelo PPGH - UFPE. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Resumo: Este texto proporciona notas para um debate acerca das práticas musicais no Recife entre o final da década de 1980 e os anos 1990. Há existência até a atualidade de uma ideia de certa irrupção com o marasmo existente no Recife antes do movimento Manguebeat nos anos 1990. O texto pretende apontar contribuições e criatividade de outros artistas, sobretudo no âmbito afro musical recifense da década de 1980.

DA POESIA ÀS ARMAS: O LUGAR DA LITERATURA AFRICANA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA NOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E CABO VERDE

Matheus Henrique da Silva Lima (Graduando, UFRPE, matheushenrique.historia@gmail.com)

Resumo: Tomando como base a importância fundamental que as fontes literárias possuem no processo de construção de um conhecimento histórico acerca dos processos de libertação do domínio português, em África, o presente trabalho tem como problemática central conhecer e analisar as produções literárias, especialmente as oriundas da Casa dos Estudantes do Império

(1944 -1965), ensejadas por intelectuais das colônias portuguesas africanas (Moçambique, Angola e Cabo Verde) que se tornaram líderes, em seus lugares de origem, dos movimentos de resistência. Neste sentido, compreender como a literatura e os diálogos oficiais deixam de figurar enquanto ação primeira de luta e acabam substituídos pela luta armada, adotada em virtude do anseio por uma aceleração do processo de libertação quanto em função do enrijecimento da violência colonial, coaduna grande parte dos esforços desta proposta. Desse modo, os acervos digitais da Fundação Mário Soares (FMS) e da UCCLA (União das cidades capitais de língua portuguesa) bem como a leitura de artigos, dissertações e teses ligadas ao tema compõem nosso lugar de análise. Portanto, visando elencar o enorme mosaico de ações frente ao colonialismo português, a poesia e as armas aparecem enquanto mecanismos preponderantes para a afirmação da luta anticolonial.

Palavras-chave: Literatura. História da África. Resistência.

Simpósio Temático 06 GÊNERO, MEMÓRIAS E IDENTIDADES: HISTÓRIAS DE LUTAS
--

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

MULHER EM FOCO: O “NÃO-PROGRESSO” DO NORDESTE NO CINEMA BRASILEIRO

Andreza Lima

Graduanda, Universidade de Pernambuco, olive.dreza@gmail.com

Luiza Costa

Graduanda, Universidade de Pernambuco, luizaemanuelagcosta@yahoo.com.br

Resumo: Buscamos com este artigo construir uma crítica à noção de “não-progresso” nas narrativas histórico-sociológicas sobre o Nordeste, demonstradas nos filmes brasileiros que retratam a região, bem como seus tipos humanos, mais especificamente as mulheres, o que tem gerado um modo nacional de identificar o Nordeste, sua cultura e o seu povo. Esta crítica se fundamenta em autores, tais como Durval M. de Albuquerque Jr (1999) e Andréa Bandeira (2010). Nos utilizaremos da comparação entre quatro filmes que usam a região como cenário, em contextos diversos, de cineastas com ampla repercussão no Brasil e que, mesmo tendo nordestinos em suas produções, naturalizam expressões e conceitos sobre “ser nordestino” que merecem análise da visão construída de modo geral e, detidamente, das relações, “função-papel”, da feminina, a partir das suas personagens. Busca-se, sobretudo, argumentar sobre a discursão da historicidade nordestina, permeada pelo estigma da “estaticidade” temporal e do “não-progresso” histórico, além das questões específicas, relativas às mulheres nordestinas: diferenciadas das mulheres nacionais por serem naturalmente submissas e fortes, assemelhadas ao “cabra-macho”, capazes de sobreviver às intempéries da região nordestina. Contraditoriamente, sua força/submissão deve servir de apoio ao homem a quem deve servir e sustentar em tempos de crise.

Palavras-chave: Gênero; Cinema; Nordeste.

REVISTAS FEMININAS: UMA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE?

Gisele Morais

(Sob orientação da Prof.^a Doutora Andrea Bandeira, do Grupo de Estudos Gênero e Sala de Aula.)

Graduanda de Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade de Pernambuco,
giselemorais0@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende apresentar uma pesquisa sobre a representação das mulheres nas revistas femininas brasileiras no período pós Segunda Guerra Mundial. Utilizando de uma análise bibliográfica de publicações entre 1950 e 1960, pretende-se entender como as mudanças ocorridas durante todo o período de construção sociocultural do país construiu uma imagem da mulher brasileira vestida, socialmente higienizada, batizada e assexuada, restringindo à vida privada, direcionada aos afazeres do lar, aos trabalhos domésticos, a fé católica e a reprodução, sendo o casamento o ápice de sua participação social. O sufrágio feminino mudou a participação política das mulheres, devido a obrigatoriedade da alfabetização para o voto, existe uma escolarização feminina em massa e sua inserção em cursos profissionalizantes e trabalhos formais. Esta escolaridade massiva fez com que as mulheres, até as mais abastadas, adquirissem uma nova habilidade de conhecimento em assuntos gerais. A partir deste período, a mulher necessitava conhecer assuntos para diálogos, e as revistas traziam conteúdos com discursos daquilo almejavam que a mulher precisasse conhecer.

Palavras-chave: Revistas Femininas, Representações, Mídia.

IMAGENS DE RESISTÊNCIA: A PRESENÇA FEMININA NAS ARTES VISUAIS BRASILEIRAS

Indiara Launa Teodoro
Graduanda, Universidade de Pernambuco
indilauna.il@gmail.com

Resumo: Sob uma perspectiva sociocultural e histórica, as mulheres são invisibilizadas, de forma que, quando são representadas nas artes, estão constantemente marcadas pelo olhar hegemônico do masculino. Este cenário, no Brasil, apenas começou a apresentar mudanças a partir do início do século XX. É no panorama dos anos 1980-1990, com suas transformações culturais, econômicas e políticas, tendo em foco, principalmente, o campo das lutas feministas, que passaram a abordar questões como o corpo e a sexualidade, que a mulher aconteceu de marcar sua presença nas artes visuais brasileiras, naquele momento, sob significativa expansão de suas dimensões e temas. Tendo isto em mente, este artigo busca, ao analisar cinco obras de artes, de duas gerações de mulheres artistas, cada qual encaixada em um contexto histórico próprio, com suas características, lutas e protagonismos e trajetórias, enquanto mulheres brasileiras, abordando temas como a auto representação, a sexualidade, o machismo, o racismo e a violência, direcionar um olhar para a presença das mulheres nas artes visuais e suas participações ativas como forma de resistência, ampliando o diálogo sobre a representação feminina na arte.

Palavras-chave: Artes Visuais; Mulheres; Resistência.

UMA QUESTÃO DE GÊNERO: AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Autora: Renata Borba Cahú Siqueira
Graduanda no curso de Bacharelado em História, UFPE.
e-mail: cahu.renata@gmail.com
Orientadora: Dra. Christine Rufino Dabat
e-mail: christine.rufino.dabat@gmail.com

Resumo: O início dos anos oitenta foi marcado por mudanças no contexto político e social tanto internacional, quanto nacional. As lutas na Europa e no Brasil questionavam as estruturas da sociedade estabelecida, seus valores e comportamentos. Houve em ambos os lugares a entrada massiva das mulheres no mundo do trabalho assalariado. O movimento feminista possibilitou outro olhar sobre a sexualidade e os diferentes tipos de opressões sofridas pelas mulheres. Na Zona da Mata Sul de Pernambuco, região mais expressiva da economia açucareira pernambucana, o período também foi de mudanças. Na sociedade em questão, as relações de trabalho eram fortemente marcadas pela herança escravista, pelo patriarcalismo e pela violência patronal. Homens e mulheres possuíam papéis definidos e hierarquizados. Nos anos oitenta, com o início da abertura política, as atuações das trabalhadoras rurais ganharam maior amplitude e diversidade. Foram criadas associações e organizados os primeiros Encontros de Mulheres Trabalhadoras Rurais. O presente trabalho tem como objetivo analisar a participação das mulheres nas organizações sociais no âmbito da agroindústria açucareira, à luz da perspectiva de relações de gênero formulada por Joan Scott.

Palavras-chave: Gênero; Zona da Mata; Participação das Mulheres.

AS VÍTIMAS DO CAÇA ÀS BRUXAS

Autora: Eloisa Gomes Gominho

Titulação: Graduanda

Instituição: UFPE

Orientadora: Christine Dabat

E-mail: eloisagominho@outlook.com

Resumo: Em 1487, os inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenguer publicaram o *Malleus Maleficarum*, em português, o “Martelo das Feiticeiras”. O livro, dividido em três partes, explicava como identificar praticantes de bruxaria, os males que essas pessoas poderiam fazer e, por último, como deveria ocorrer o processo de julgamento. Anos depois, com ajuda da Imprensa, o livro foi multiplicado e difundido pela Europa, tornando-se um manual para os Inquisidores. O presente estudo tem por objetivo fazer uma análise sobre o peso do “Martelo das Feiticeiras” na fundamentação jurídica e teológica do caça às bruxas e sobre suas vítimas.

Palavras-chave: bruxas, Inquisição, perseguição.

“DA MULHER PARA A MULHER”: FALANDO SOBRE O DIVÓRCIO NA REVISTA O CRUZEIRO. BRASIL, ANOS 50.

Profª Drª Zélia de Oliveira Gominho.

UPE- Campus Garanhuns e Prefeitura do Recife.

Resumo: Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa sobre o discurso da escritora Raquel de Queiroz e o ser feminino moderno no pós-II Guerra. Em meados do século XX ocorreu um acirrado e polêmico debate sobre o divórcio, cuja a lei estava em pauta no Congresso Nacional. Desejamos, por ocasião do presente simpósio, discutir um pouco sobre as representações em conflito na época, especialmente, sobre o que a seção dirigida ao público feminino, assinada por “Maria Teresa”, escrevia a respeito no sentido de influenciar suas leitoras.

Palavras-chave: História da Mulher, divórcio, pós-II Guerra.

Quinta-feira, 23 de novembro de 2017:

DIREITOS E EMANCIPAÇÃO DA MULHER SOB A ÓTICA ANTICLERICAL E LIBERTÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1901-1904)

Rose Dayanne Santos de Brito
Doutoranda em Direito
Università degli Studi di Roma Tor Vergata (Itália)
rose.dayanne@posgrad.ufsc.br

Resumo: O objetivo do artigo é identificar na crítica anticlerical e libertária o papel da mulher na sociedade da Primeira República. Nesse sentido, será analisado um dos jornais de combate e de grande circulação em São Paulo: *A Lanterna*. Fundado em 1901, com o objetivo de criticar a influência religiosa no Estado brasileiro e violações permanentes a direitos individuais na Constituição de 1891, a questão social e o tema da mulher restavam silenciados no jornal. Em 1904, porém, há uma ruptura na linha editorial observada na narrativa de greves e matérias que evidenciam o estigma da mulher na sociedade brasileira conservadora. Nessa perspectiva, a pesquisa pretende enfatizar o texto intitulado “A emancipação da mulher”, capa do jornal de 8/1/1904, em que se verifica o lugar do feminino enraizado a um determinado modelo de família, de educação e de sociedade. Neste texto, a crítica anticlerical e libertária protagoniza a questão de gênero, até então silenciada no periódico, como temática importante na época, afirmando: “é preciso promover a liberdade da mulher tanto do prejuízo religioso, como do convencionalismo hipócrita da nossa sociedade”. A partir desta fonte histórica (primeira fase do jornal *A Lanterna*, 1901-1904) será possível evidenciar os estereótipos da mulher na vida social paulista, desde sua invisibilidade à inserção na história de lutas por uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Primeira República; direitos; mulher.

SOB UM NOVO OLHAR: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Emelly Sueny Fekete Facundes
Mestranda em História pela UFRPE
Emelly.facundes@hotmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva construir um diálogo entre os principais discursos históricos acerca da militância da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), buscando analisar novas perspectivas sobre a trajetória dessa instituição. Dessa maneira, pretendemos enriquecer o debate historiográfico acerca do feminismo nas três primeiras décadas do século XX, tendo como apoio teórico nesse diálogo os trabalhos da teoria política feministas de Iris Marion Young e Carole Pateman. A FBPF foi fundada na década de 1920, no Rio de Janeiro, pela feminista Bertha Lutz, e tinha como principais pautas a luta pelo direito ao voto, ao trabalho feminino e a expansão da educação formal da mulher. A atuação dessa entidade é bastante analisada em trabalhos acadêmicos sobre o feminismo dos anos 1920 e 1930 e grande parte dessas obras parece se alinhar a duas principais perspectivas. A primeira, na visão de Rachel de Soihet, onde a FBPF assumiu uma posição moderada buscando não tratar de assuntos polêmicos, como “tática” para garantir apoio de parte dos parlamentares e da sociedade civil para as pautas feministas. A segunda, tendo como lastro as ideias de Susan Besse, entendendo que a Federação Brasileira, apesar de se posicionar como defensora da igualdade entre homens e mulheres, agiu de maneira conservadora ao pautar uma agenda de luta voltada para a questão do sufrágio que, segundo a autora, pouco influía na vida da massa feminina pobre do Brasil. Nosso intuito é trazer para o ceio desse debate perspectivas como as de Glauca Fraccaro e Mônica Karawejczyk, que analisam

não apenas as ações e discursos das suas integrantes, mas buscam compreender as permanências e rupturas no posicionamento da instituição diante da relação dinâmica entre as reivindicações das mulheres trabalhadoras do Brasil, o debate internacional sobre a legislação trabalhista, os lugares sociais das integrantes da instituição e o potencial emancipador que elas enxergavam no voto.

Palavras-chave: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino; Cidadania Feminina; Trabalho Feminino.

TEMPERATURA ALTA E ÂNIMOS EXALTADOS: A REPERCUSSÃO DO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE NA IMPRENSA RECIFENSE E DE OUTROS ESTADOS (1927 – 1934)

Jéssica Tammirys Miranda de Lima Correia
Mestranda em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco
lima.jeh@hotmail.com

Resumo: O trabalho: *TEMPERATURA ALTA E ÂNIMOS EXALTADOS: a repercussão do voto feminino no Rio Grande do Norte na imprensa recifense e de outros Estados (1927 – 1934)* tem por objetivo a análise do impacto do sufrágio feminino no Rio Grande do Norte nos periódicos locais e nacionais entre os anos de 1927 a 1932. A ascensão dos movimentos feministas e suas bandeiras de luta em meio à efervescência da instauração da república e da construção da modernidade, como também, os discursos feministas e antifeministas na imprensa com suas relações e jogos de poder. A pesquisa foi realizada através do levantamento de fontes bibliográficas referentes à temática, além da busca documental. Buscaram-se autores para a realização de leituras pertinentes ao contexto histórico, análise de discursos, relações de gênero e representações. Assim, foi possível concluir que a agitação provocada pela conquista do direito ao voto pelas mulheres no Rio Grande do Norte possibilitou uma demanda enorme de publicações femininas, feministas e antifeministas que causavam discussões e traziam visibilidade ao movimento. A luta continuava e ganhava mais ânimo, incentivando o alistamento de eleitoras pelo Brasil. Porém, os ganhos não vieram para todas e vários papéis estereotipados permaneceram nas desigualdades entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Voto Feminino; Imprensa; Movimento Feminista.

RESISTIR PARA EXISTIR! MOVIMENTOS E ESTRATÉGIAS FEMINISTAS EM PROL DA CONQUISTA DA CIDADANIA POLÍTICA EM RECIFE (1927-1934)

Mirella Tuanny Ferreira Lopes
(Mestranda em História pela UFRPE)
Email: mirella.lopes@hotmail.com

Resumo: A partir de 1927, com a conquista do voto feminino no Estado do Rio Grande do Norte, os movimentos feministas espalhados pelo Brasil passaram a exercer maior pressão diante do Senado brasileiro para que o projeto que garantia tal direito às mulheres fosse aprovado. Entretanto, desde o início do século XX, inúmeras estratégias já eram traçadas, visando a difusão das ideias, o alcance dos veículos de comunicação, o estabelecimento de alianças e a conquista da cidadania política. Partindo disto, este trabalho tem por objetivo abordar as diversas formas de atuação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF) e da Cruzada Feminista Brasileira, ambos movimentos pernambucanos, que lutaram e contribuíram para o êxito da referida

causa, que só veio a finalmente concretizar-se, no ano de 1932. A pesquisa foi realizada através do levantamento de fontes bibliográficas, de teórico(a)s e contou igualmente com uma pesquisa documental, executada nos principais acervos e bibliotecas do Recife e na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, especificamente nos periódicos *A Província*, *Jornal do Recife* e *Jornal Pequeno*. Dessarte, almeja assim, contribuir para a produção, o fortalecimento e a valorização dos estudos referentes à temática de gênero em nosso país.

Palavras-chave: Movimentos Feministas – Cidadania Política – Estratégias Feministas.

RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO: IMPRENSA, SUFRAGISMO E O PROJETO IDENTITÁRIO DOS SÉCULO XX (1919-1932)

Gilvânia Cândida da Silva

(Graduanda em Licenciatura Plena em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, gil.nd93@gmail.com)

Resumo: Imerso em um contexto de extrema efervescência científica e cultural, o rádio surge como um símbolo da chegada da Modernidade. Este trabalho apresenta como objetivos, primeiro, apresentar a história da Rádio Clube de Pernambuco, depois, demonstrar a íntima relação que este veículo teve com os meios de comunicação escritos, em seguida, descrever a relação entre a Rádio e o Movimento Sufragista como um símbolo dos movimentos sociais emergentes daquela época e, por fim, perceber como os paradigmas inaugurais da rádio dialogavam com a construção de uma identidade brasileira. Para estas tarefas, limitamos o recorte cronológico tendo início no dia 6 de abril de 1919, quando Augusto Joaquim Pereira e colaboradores fundaram a Rádio Clube de Pernambuco. E, sendo finalizado no dia 15 de agosto de 1932, quando o sétimo e último número da Revista Electron foi publicado. Ao considerarmos o rádio um dos símbolos modernos e, conseqüentemente, contribuinte na constituição da realidade que serviu de combustível para o pensamento modernista e para o movimento feminista sufragista, julgamos ser este um trabalho necessário para a historiografia frente a escassez de material produzido acerca desses anos iniciais da radiodifusão no Brasil.

Palavras-chave: Rádio Clube de Pernambuco, Sufragismo, Modernidade.

<p>Simpósio Temático 07 INFÂNCIAS E JUVENTUDES: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS</p>

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

A ESCOLA PARA OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E OS DIREITOS HUMANOS :POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Vera Lúcia Braga de Moura

(SEE-PE, Doutora, verabragam@yahoo.com.br)

Resumo: Esta pesquisa aborda a escolarização e a dignidade humana nas escolas das Unidades de Ressocialização para adolescentes e jovens privados de liberdade do estado de Pernambuco. O objetivo principal dessa pesquisa é identificar o papel da escola para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas nos Centros de Atendimento Socioeducativo – CASEs e Centros de Internação Provisória-CENIPs sob a responsabilidade da Fundação de Atendimento

Socioeducativo - FUNASE. Serão abordadas questões que envolvem o cotidiano desses adolescentes nesses espaços, quais as suas expectativas de vida, e a importância da escola. Serão utilizadas pesquisas com os adolescentes, bem como, entrevistas com os professores que atuam nas escolas das unidades de ressocialização. Alguns teóricos serão utilizados nesse estudo tais como: Erving Goffman (1988), Miguel Arroyo (2013) e documentos que referenciam esse estudo como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE. A problemática dessa pesquisa visa responder a seguinte questão: Qual a importância da escola para a vida dos socioeducandos em privação de liberdade, e qual o contexto das suas vivências nesses espaços de reclusão?

Palavras-chave: adolescentes; escola; medidas socioeducativas.

A CAMINHO DA ESCOLA: QUANDO EDUCAÇÃO E PSIQUIATRIA SE ENCONTRAM EM PROL DE UMA INFÂNCIA SAUDÁVEL. (RECIFE; 1918-1927)

Giovanna Maria Trajano de Lira
Graduada em Licenciatura em História pela UFPE
giovannatira@gmail.com

Resumo: Pensando a história da infância através dos olhares psiquiátricos desenvolvemos esse texto a partir da prerrogativa de que educação e medicina deveriam caminhar juntas para que as crianças brasileiras crescessem saudáveis, higiênicas e sem traços de degeneração. Para tanto decidimos utilizar como fontes históricas duas obras do médico psiquiatra Ulysses Pernambucano: *Classificação das crianças anormais. A parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a asthenia mental*. Publicada em 1918 como uma dissertação para o concurso de professor na disciplina *Psychologia e Pedologia da Escola Normal Oficial*. E a obra *Formação de hábitos sadios nas crianças* que foi publicada a partir da fala do Dr. Ulysses Pernambucano no 3º Congresso de Higiene em 1927, realizado em São Paulo. Analisando as mesmas como um retrato de um período histórico marcado pelo embate entre a classe médica e o estado pela efetivação de políticas públicas voltadas para a educação de crianças entendidas como *normais* ou *anormais*.

Palavras-chave: Psiquiatria, crianças, Ulysses Pernambucano.

DANDO START NA E-STÓRIA: O USO DE JOGOS DIGITAIS NA HISTÓRIA ENSINADA

Eliud Falcão Correa Lima Junior (Mestrando em História – UFRPE)
eliud_falcao@hotmail.com

Resumo: A crescente imersão da tecnologia digital em nossa rotina ocasionou em um significativo aumento do leque de possibilidades a serem utilizadas como material didático dentro do processo de construção de conhecimento. Com a ampla difusão de artefatos tecnológicos, como *smartphones* e computadores pessoais, cada vez mais presentes em nosso cotidiano e no cotidiano dos nossos alunos e alunas, a noção de Objetos Educacionais Digitais ganhou notoriedade em âmbito escolar e acadêmico. Diante de tal panorama, os jogos digitais, apesar de ainda enfrentarem certa resistência por parte do universo escolar, começam a se insurgir como alternativa viável de material didático dentro de sala de aula, primeiro pela estreita relação entre estes e as crianças e jovens da contemporaneidade, convertendo-se assim em grande elemento motivador e mobilizador do alunado, visando a disposição para o estudo. Segundo porque os jogos

digitais podem ajudar os discentes a materializar realidades históricas temporalmente distantes, como o universo medieval por exemplo. Neste sentido, o presente trabalho pretende discorrer sobre aspecto de um “novo” Ensino de História que as tecnologias digitais colocam diante de nós, professores e pesquisadores, com o intuito de contribuir com um debate que ainda pode ser considerado incipiente em nosso país.

Palavras-chave: Ensino de História; Jogos Digitais; Tecnologia Digital

O GRÊMIO ESTUDANTIL, UM DIREITO À EDUCAÇÃO CONQUISTADA

Plínio Xavier de Figueirôa
Especialista em Direitos da Criança e do Adolescente – UFRPE
Email – pliniovertentes@gmail.com

Resumo: O Grêmio estudantil, um direito à educação conquistada, apresento a importância do grêmio estudantil dentro das instituições de ensino que tem como finalidade contribuir para a emancipação, à participação e a autonomia dos estudantes, bem como discutiremos as contribuições que o grêmio pode trazer para a escola e o ensino. Também abordo como deve ser sua formação, organização e a permanência do nas escolas. Propomos uma revisão histórica do movimento estudantil e suas atuações no Brasil, tomando como marco inicial o início do século XX, quando delimitando quatro fases de sua organicidade: a primeira, iniciando na década de 1900 a 1950 (Do início até o fim da Segunda Guerra Mundial), de 1950 a 1970 (Anos de Chumbo e Lutas), de 1970 a 1990 (A Luta Pela Democracia), de 1990 a 2017 (Defesa das Conquistas). Abordo como foi construído o conceito de criança e adolescente como sujeitos dos direitos no país, tendo como circunstância a operacionalização das macropolíticas estatais sobre este público e, por fim, apresento as legislações que asseguram aos estudantes o direito de se organizarem em entidades representativas de seus interesses.

Palavras-chave: Grêmio Estudantil, Participação, Adolescentes.

A REVOLTA DA CHIBATA COMO QUESTÃO SENSÍVEL NA SALA DE AULA

Levi Cavalcanti Silva
Mestrando em Ensino de História (ProfHistória).
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
leviohistoriador@gmail.com

Resumo: A pesquisa “*A Revolta da Chibata como questão sensível na sala de aula*” discute a relação entre o ensino de História e a cultura da violência, tencionando encontrar respostas para a seguinte questão: “**Como os professores vêm trabalhando a Revolta da Chibata na sala de aula?**”, verificando as conexões construídas com o tempo presente nas aulas de História e se o evento é trabalhado como tema sensível. Considera-se que tratar de acontecimentos que remetam à violência possibilita um diálogo com o tempo presente em virtude de suscitar memórias recentes ou um passado preservado no presente, com o desafio de evitar o anacronismo iminente. As reflexões iniciais deram origem a outras problemática a serem discutidas: Como trabalhar a violência como tema sensível? O que mobilizar em termos de saberes escolares? Que saberes docentes são requeridos ao se discutir cidadania em história? Pressupõe-se que a Revolta da Chibata pode ser um tema propício para transversalizar questões da cidadania e dos Direitos Humanos. Objetiva-se pesquisar como vem sendo trabalhada a Revolta da Chibata nas escolas públicas, como são (ou se são) realizadas conexões com o tempo presente, e discutir a transversalidade dos Direitos Humanos e da cidadania no ensino de História.

Palavras-chave: Revolta da Chibata. Cultura da violência. Tema sensível.

REVISTA BRASIL JOVEM: A EDUCAÇÃO EM QUESTÃO.

Rodrigo Teófilo da Silva Santos (UFRPE,
graduando em licenciatura plena em História e
membro do Laboratório
de História das Infâncias do Nordeste - LAHIN,
teodasilva@hotmail.com)

Resumo: Considerando a revista Brasil Jovem, concebida pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM e que teve seu primeiro exemplar publicado no ano de 1966, como fonte primária de pesquisa e levando em conta que, em um período de nossa história, esta revista tenha sido um significativo fórum de debates sobre as questões relativas à problemática envolvendo o abandono e a delinquência, além de considerar a realidade brasileira do fim dos anos de 1960, onde 70.348 crianças e adolescentes foram internadas em unidades correcionais por motivo de abandono e outras 8.172 por motivo de desvio de conduta. Este trabalho faz parte de uma linha de pesquisa que visa realizar uma análise dos discursos apresentados em textos, artigos e matérias presentes em alguns dos números de exemplares da referida revista através de uma abordagem histórico-comparativa, levantando questionamentos sobre os discursos educacionais ali presentes e disseminados por diversas abordagens.

Palavras-chave: abandono, educação, infância.

OS OLHARES DAS CRIANÇAS E OS CONSELHOS TUTELARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCURSO ARTE LIVRE

João Victor Braga de Souza (Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Graduando em Licenciatura em História, membro do LAHIN -
Laboratório de História das Infâncias do Nordeste,
joao.souza.ufrpe@gmail.com)

Humberto da Silva Miranda (Doutor em História,
professor adjunto da UFRPE. E-mail:
humbertoufrpe@gmail.com)

Resumo: As crianças têm uma relação com a produção de desenhos de uma forma diferente dos adultos, por ser uma linguagem muito utilizada na infância pode ser utilizada como textos imagéticos, onde pode expressar um pouco de sua personalidade, de suas vivências e experiências e também a sua situação social. A partir disso, o concurso arte livre é uma ferramenta de grande importância na possibilidade de permitir a expressividade das crianças e adolescentes matriculados regularmente na escola, seja da rede pública ou privada de ensino em Pernambuco, fomentando o protagonismo infantojuvenil e discutindo questões relacionados ao sistema de direito e proteção da criança e do adolescente, como os conselhos tutelares e suas relações com tais sujeitos. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é analisar os desenhos enviados para a 10ª Edição do Concurso Arte livre, através do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e das resoluções sobre conselho tutelar, buscando contribuir com a historiografia da Infância no Brasil.

Palavras-chave: Infância, Arte Livre, Conselho Tutelar.

Quinta-feira, 23 de novembro de 2017:

O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA: A EDUCAÇÃO POPULAR DE RUA E A INFLUÊNCIA DO PAULO FREIRE

Raul Alves da Silva.
(Graduando em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco.)

Humberto da Silva Miranda.
(Professor Doutor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco.)

Resumo: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua é uma organização social política, fundada em 1985, que visa, através da educação popular, com a influência do pensamento do educador Paulo Freire, transformar a vida de meninos e meninas em situação de rua no Brasil. Essa pesquisa tem objetivo analisar as práticas e a metodologia da educação popular de rua e as contribuições do pensamento do educador Paulo Freire ao Movimento no recorte historiográfico da década de 1980 – 1990 e suas permanências. Como suporte metodológico utilizamos da análise do discurso dos documentos produzidos pela Organização, como Jornais, Panfletos, Estatuto e etc. como também do trabalho produzido pelo Educador. Nesse sentido utilizamos tanto das contribuições historiográficas do Michel Foucault, para compreendermos o que é o Discurso, como também, do Roger Chartier para desenvolvermos sobre Apropriação. Apresentamos como resultados a atuação do Movimento, contemplando o debate sobre as mais diferentes formas de articulações construídas pelos (as) educadores (as) sociais, sobre a educação popular e as mobilizações para provocar questionamentos sobre a situação das crianças em vulnerabilidade e conquistas e garantia de direitos a infância, na década de 1980 e 1990.

Palavras-chave: Infancia, Recife, Educação popular.

O CONTROLE DO CENTRO SOBRE O CONJUNTO: A EDUCAÇÃO BÁSICA E GOVERNO CIVIL-MILITAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Adriano Ricardo Ferreira da Silva (Graduado em Ciências Sociais pela UFRPE e graduando em História na mesma universidade; Iniciação Científica no Laboratório de História das Infâncias do Nordeste - LAHIN. E-mail: adrianoref@gmail.com)

Humberto da Silva Miranda (Doutor em História, professor adjunto da UFRPE. E-mail: humbertoufrpe@gmail.com)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma etapa da pesquisa que estuda os impactos da Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus de 1971 (Lei nº 5.692/71) sobre os estudantes da cidade do Recife. Neste momento, estudamos como o Regime da Ditadura Civil-Militar busca se articular politicamente para exercer o seu controle sobre os estados federados e, especialmente, sobre suas capitais. Além do objetivo expresso de formar pessoas para o trabalho, a Reforma de 1971 visa estabelecer, por via da Educação, um forte controle do centro sobre o conjunto. Neste sentido, segundo Suzeley Mathias (2004), a Reforma estabelece a doutrina do

currículo, que se materializa na elaboração de um conjunto disciplinar e pragmático comum aos diferentes estados do Brasil. Os resultados parciais da pesquisa mostram que o poder central do Regime no que se refere à Reforma de 1971 começou a descer sobre os estados antes mesmo da sua efetivação. Análises de documentos do Diário Oficial do estado de Pernambuco evidenciam a forte interferência do Governo Federal sobre o estado. Ainda em 1970, representantes do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco foram ao Rio de Janeiro para receberem instruções sobre a Reforma que estava sendo providenciada pelo MEC, evidenciando que, em Pernambuco, a Reforma se iniciou antes mesmo de 1971.

Palavras-chave: Educação; Reforma; Controle político.

DA LEI AO TRABALHO: A SITUAÇÃO DO “MENOR” TRABALHADOR A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS DE 1943.

Anderson Rafael Lima da Silva
Estudante de Graduação em Licenciatura Plena em História
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
silvaarl.hist@gmail.com

Humberto da Silva Miranda
Docente do Departamento de Educação da UFRPE
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Humbertoufrpe@gmail.com

Resumo: Durante a metade do século XX, os “menores” fizeram parte de uma reserva, bastante expressiva, de força de trabalho explorada em níveis variáveis no setor informal e no trabalho normalizado por dispositivos legais nas grandes e pequenas empresas brasileiras. O objetivo deste trabalho é evidenciar as conexões entre o surgimento do aparato jurídico que regulamenta o trabalhador “menor”, a partir da criação do código de menores em 1927 e da Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943 (CLT) com o aumento de “menores” trabalhadores no Brasil nas décadas seguintes. A metodologia da pesquisa se deu, primeiramente, no estudo do Código de Menores, criado em 1927 pelo jurista Mello Matos e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, no então governo de Getúlio Vargas. Posteriormente foi feito um levantamento do número de “menores” trabalhadores entre a década de 1950 a 1970, possibilitando analisar a importância dessa mão-de-obra para a economia no Brasil e, a partir disso, investigar que tipo de relação trabalhista essas crianças eram submetidas. O resultado encontrado é que a criação dessas leis não resolveu o problema do trabalho infantil, seu objetivo primordial, e sim abriu caminho para a utilização em larga escala dessa mão-de-obra por empresas existentes no meio rural e urbano, sendo submetidos a trabalhos exaustivos e a todo tipo de abuso.

Palavras-chave: Infância; Trabalho; Legislação.

MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM RECIFE: MEMÓRIA E HISTÓRIA (1980-1990)

Ana Gabriella do Espírito Santo
(Graduanda, Universidade Federal Rural de Pernambuco, gabriellasaant@hotmail.com)
Humberto da Silva Miranda
(Doutor, Universidade Federal Rural de Pernambuco, humbertoufrpe@gmail.com)

Resumo: O Ano Internacional da Criança, 1979, contribuiu para difundir as problemáticas referentes às crianças e adolescentes no país, propiciando um cenário em que as denúncias de criminalidade e negação de direitos ganhassem uma maior conotação política e mobilização social. Quando se faz um recorte a crianças e adolescentes em situação de rua, sobretudo as meninas em Recife no período de 1980-1990, pode-se perceber que essas problemáticas se tornam ainda mais intensas. O objetivo desse trabalho é analisar os fatores que levaram as meninas a buscarem as ruas como uma alternativa de liberdade. O trabalho possibilitou a compreensão desses motivos como também da negação dos seus direitos pela dupla condição de serem “menores” e mulheres, como também das diversas situações de abandono e violência que elas vivenciavam nas ruas. As meninas buscavam nesse cenário a liberdade que elas não tinham em casa – lugar que deveria garantir cuidado e proteção– e nem na Febem – instituição que deveria garantir os direitos básicos às crianças que viviam em situação de abandono social –, mas quando elas chegavam lá se deparavam com uma nova prisão: drogas, prostituição, trabalho infantil, fome, abusos de poder e marginalização social.

Palavras-chave: Meninas, Rua, Recife.

VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR

Cynthia Camara Azevedo Travassos Sarinho

Universidade Federal Rural de Pernambuco – cynthia.futura@gmail.com

Mestranda em Educação Culturas e Identidades pela UFRPE/FUNDAJ, Pesquisadora das Infâncias vinculada ao LAHIN – Laboratório de História das Infâncias do Nordeste. Especialista em Gestão de Organizações Sociais pela UNICAP; Graduada e Licenciada em Psicologia pela UNICAP.

Humberto da Silva Miranda

Universidade Federal Rural de Pernambuco – humbertoufrpe@gmail.com

Orientador, Doutor em História, Professor do Departamento de Educação da UFRPE, do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da UFRPE/FUNDAJ.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compartilhar a pesquisa “Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes: prevenção e enfrentamento no contexto escolar”, que está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades - UFRPE/FUNDAJ. Nosso interesse é analisar a escola como espaço protetivo, de fundamental importância na prevenção das violências sexuais contra crianças e adolescentes; compreender o processo histórico dos direitos da criança no contexto escolar e contribuir na formação de educadores; refletir sobre a importância das ações de prevenção às violências como política pública; ampliar o olhar sobre a infância a partir do referencial teórico da Sociologia da Infância e do contexto de desigualdades e violências. A metodologia proposta pela pesquisa busca conhecer, refletir e ressignificar a escola como espaço protetivo, a partir de pesquisas de campo em escolas públicas de Jaboatão dos Guararapes, identificar e compreender as limitações dos professores em perceber os sinais de violência sexual em seus alunos. Através desta pesquisa, pretende-se como resultados revelar a realidade das escolas, como lidam com o problema, o contexto local de violência sexual e possíveis caminhos para mudança da realidade.

Palavras-chave: educação, infância e direitos humanos.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ENTRE RUAS E PRAÇAS

Ellen Raphaela Vieira Santos
Graduanda em Licenciatura Plena em História, UFRPE, ellenraphaufrpe@gmail.com

Humberto da Silva Miranda
Doutor em História, UFRPE, humbertoufrpe@gmail.com

Resumo: A década de 1980 é o período de transição para a redemocratização do Estado, portanto diversos segmentos sociais estão reivindicando direitos e participação social. Sendo assim, é neste contexto que os movimentos sociais aliados a outras organizações alcançam seu auge de atuação reivindicando soluções para o cenário de violações e violências, desse modo os movimentos em prol dos direitos das crianças e adolescentes estão se articulando com novas alternativas de atendimento a meninos e meninas em situação de rua, através da educação popular. Neste sentido o Grupo Ruas e Praças surge neste período, sendo uma organização não governamental que desenvolve um trabalho sócio-educativo com crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Recife, na qual se estrutura na Pedagogia Social de Rua. O objetivo deste trabalho foi investigar a história do Grupo Ruas e Praças, analisar as suas práticas pedagógicas e como também pesquisar a história dos meninos e meninas acolhidos pelo Grupo na década de 1980. Foi possível compreender como a Pedagogia Social de Rua possibilitou o estabelecimento de novas relações entre os educadores e as crianças e adolescentes em situação de abandono social nas ruas do Recife, como também na sociedade civil.

Palavras-chave: História, Recife, Meninos e Meninas.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA: ORGANIZAÇÃO, REVINDICAÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO RECIFE (1980-1990).

Heliwelton do Amaral Clemente, graduando em lic. em História pela UFRPE, membro do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN), heli_lp@hotmail.com

Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda, docente do Departamento de Educação da UFRPE, coordenador do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN), humbertoufrpe@gmail.com

Resumo: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) é uma organização fundada em 1985, composta por militantes e educadores sociais que se articulam politicamente em defesa dos direitos de crianças e adolescentes que vivenciam diferentes formas de abandono. Considerar crianças e adolescentes como seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos legítimos e que devem participar das decisões sobre suas vidas são princípios fundamentais de atuação do Movimento. O objetivo deste trabalho consiste em analisar a trajetória e as práticas educativas do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife na década de 1980, destacando como fonte, *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, um jornal alternativo produzido por membros do MNMMR no Recife na referida década. O trabalho traz uma análise de como o Movimento reivindica suas demandas, se organiza politicamente e denuncia violações de direito.

Palavras-chave: Infância, Rua, Direitos.

Simpósio Temático 08
HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

**O PROTESTANTISMO NO BRASIL DO SÉCULO XIX: EXPANSÃO RELIGIOSA E DEBATES
SOBRE A LIBERDADE DE CULTO.**

Autor: José Luciano de A. Dias Filho
Graduado em Licenciatura Plena em História- UPE
luciano.andra@hotmail.com

Resumo: O trabalho tem o objetivo de compreender as contribuições do protestantismo de missão, nas discussões sobre as mudanças socioculturais, no Brasil do século XIX. A partir da chegada dos missionários protestantes em um contexto de incentivo da imigração, os diálogos sociais, os cenários culturais, religioso e político no Brasil receberam novas configurações. Com a expansão religiosa promovida pelos estrangeiros, buscamos compreender as querelas entre Igreja Católica, religião do Estado; e os missionários protestantes, que buscavam disseminar o que defendiam como a verdadeira compreensão do evangelho. Através da História das Religiões é possível analisar os processos históricos das missões protestantes no Brasil, refletindo sobre a interação das religiões no contexto sociopolítico. A partir dessas questões, buscaremos compreender as contribuições dos discursos protestantes para os debates de mudanças nos ritos de passagem e a liberdade religiosa.

Palavras-chave: Protestantismo de missão, Religião, Política.

**“ENCARREGAR-SE A AUTORIDADE CIVIL, DO QUE TODA VIDA PERTENCEU A IGREJA”:
EMBATES EM TORNO DA SEPARAÇÃO IGREJA E ESTADO EM PESQUEIRA – PE (1889-
1900)**

Gabriella Chalegre Alves
Mestranda em História
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: gabichalegre@outlook.com

Resumo: A passagem do século XIX para o XX esconde na denominação “transição” várias questões de importância ímpar para a compreensão das transformações e das permanências no que se refere à implantação e organização da república brasileira. Em face disto, a presente comunicação visa refletir sobre os debates e embates entre a Igreja Católica, na cidade de Pesqueira, agreste de Pernambuco, e os representantes da política local, entre 1889 e 1900, a partir da instalação da República e do conjunto de mudanças decorrentes de tal processo histórico. Para esta análise, os jornais *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Recife* são fontes privilegiadas, já que funcionaram não só como veículos de divulgação de opiniões, mas também como palco de disputas políticas entre representantes dos setores religiosos e da elite de Pesqueira. Pelos documentos encontrados, será possível problematizar os diversos papéis que os párocos assumiam no cotidiano local e como se deram as discussões acerca dos lugares que a Igreja Católica passaria a ocupar com a chegada da República. Além disso, é possível discutir como se deu o posicionamento dos setores religiosos e políticos ante o conjunto de leis que passam a vigorar a partir de 1888, como a lei do registro civil, a separação entre Igreja e Estado.

Palavras-chave: República; Catolicismo; Conflitos políticos.

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS JESUÍTAS PORTUGUESES NO BRASIL (1910 – 1938)

Carlos André Silva de Moura

Resumo: Após a implementação da República em Portugal, em 05 de outubro de 1910, as ações laicistas do novo governo atingiram as atividades das ordens religiosas. Com os decretos do novo sistema político, membros da Companhia de Jesus se exilaram em vários países, sobretudo, na Espanha, Itália e no Brasil. A escolha por cidades brasileiras foi incentivada pela língua em comum, as aproximações culturais, mas principalmente pelos projetos religiosos desenvolvidos no país. O artigo tem o objetivo de compreender parte das ações dos membros da Província Portuguesa Dispersa no Brasil na primeira metade do século XX, com a análise das relações entre os seus projetos pedagógicos, a organização de uma missão cultural e o processo de Restauração Católica. A partir da História Cultural das Religiões, também buscamos compreender como as ações educacionais foram um instrumento de mediação cultural para a promoção de novas ideias e cultos por parte dos jesuítas.

Palavras-chave: Companhia de Jesus, Missão Cultural, Projeto Educacional, Restauração Católica.

ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO: DISPUTAS PELA MEMÓRIA E NARRATIVAS DE PERSEGUIÇÃO EM ABREU E LIMA

Paulo Vinícius da Silva
Graduado em licenciatura em história
Graduando em bacharelado em história
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
paulosilva032@gmail.com

Resumo: Pretendemos com esse texto compreender os meandros da perseguição religiosa narrada pelos evangélicos em Maricota – localidade que hoje corresponde à cidade de Abreu e Lima – entre as décadas de 1930 e 1960 e a construção da narrativa de perseguição religiosa construída por eles na localidade. A memória de parte da população evangélica do município é composta por narrativas de perseguições a cultos religiosos, a mando da família Lundgren. Família de origem sueca que chega ao Brasil no final do século XIX e funda uma das maiores empresas do setor têxtil do país na primeira metade do século XX, a Companhia de Tecidos Paulista (CTP). José Sérgio Leite Lopes em sua tese defende que a intolerância religiosa exercida na CTP faz parte do que ele chama de “teatralização da dominação”. Esse conceito é explicado por uma série de práticas existentes desde o aliciamento de trabalhadores no interior do Estado para trabalhar na fábrica com promessas fantasiosas, passando pela vistoria e possível aprovação dos possíveis trabalhadores da empresa - ritual este geralmente executado por Frederico Lundgren – e que permanecia após a admissão dos empregados. Utilizaremos como fontes primárias entrevistas orais e jornais.

Palavras-chave: Abreu e Lima; evangélicos; Lundgren.

Quinta-feira, 23 de novembro de 2017:

A RELAÇÃO DO POLÍTICO COM O RELIGIOSO NO REGIME SALAZARISTA E A POLÍTICA CULTURAL EDUCATIVA COLONIAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS EM ANGOLA (1930-40)

Resumo: Este trabalho pretende tratar da política educativa implementada nas escolas de Angola a partir da análise discursiva entre o regime salazarista e os representantes da Igreja Católica de Portugal na primeira metade do século XX. Conforme pretendemos discutir, a política educativa colonial salazarista fora amplamente relacionada com a concepção de unidade nacional e unidade cristã nas primeiras décadas de implantação do Estado Novo, objetivando a consolidação do chamado Império Português. Para viabilizar esta concepção foram estabelecidos uma série de atos, acordos, tratados e saberes, que garantissem uma política cultural colonial e educativa para a formação de uma mentalidade integrativa entre as colônias e a metrópole.

Palavras-chave: Educação, Salazarismo, Colonialismo, Angola.

ENTRE AS ÚNICAS ATRAÇÕES DE QUE DISPOMOS, O XANGÔ: A ESPETACULARIZAÇÃO DAS RELIGIÕES AFRO-PERNAMBUCANAS NO PÓS-ESTADO NOVO.

Raphael Souza Lima
(PPGH-UFPE; Mestrando; raphael.slima88@gmail.com)

Resumo: Após a experiência traumática do Estado Novo, os afro-religiosos de Pernambuco conquistaram um avanço considerável em sua relação com a sociedade e com o Estado. Este avanço, no entanto, conquistado em uma delicada negociação na qual envolveram-se várias instituições e agentes, era perceptível em uma maior aceitação para com a cultura e religiosidade negra muito mais numa esfera folclórica, na qual estavam deslocados de seu cotidiano. Xangôs figuravam, dessa forma no chamado conjunto das “manifestações folclóricas” como o frevo, o maracatu e o bumba-meu-boi, que, segundo um colonista do Diário de Pernambuco, eram “as únicas atrações de que dispomos – espécie de safá-onça para todas as ocasiões...”. Nesse sentido, nosso objetivo nesse trabalho é, a partir de uma leitura de dois dos principais periódicos em circulação no Recife entre as décadas de 1940 e 1950, construir uma imagem desse cotidiano de espetacularização dos xangôs pernambucanos, seus impactos positivos e negativos para o povo-de-santo. Por fim, buscamos uma leitura de como essa maior “visibilidade” conquistada pelos afro-religiosos, mesmo que a custos traumáticos, lhes serviu como um passo a mais em direção à busca por mais direitos, por uma legitimação de suas práticas religiosas.

Palavras-chave: Xangô; Espetacularização; Pós-Estado Novo.

PAJELANÇA RELATIVA AO KANAIMÉ NO CONTEXTO DO RIO BRANCO

Manoel Gomes Rabelo Filho
Mestre
UNICAP
mgrabelo@bol.com.br

Resumo: Este artigo reflete criticamente acerca dos aspectos discursivos construídos acerca da Pajelança relativa ao Kanaimé no contexto do rio Branco em Roraima, demonstrando as categorias construídas sobre os índios e sua religião. O uso destas categorias influenciaram os escritos e as ações de agentes coloniais ingleses e portugueses que se preocuparam em sua administração colonial, mais com a conquista e a manutenção territorial do que com os estilos de vida e sociabilidades indígenas.

Palavras-chave: Pajelança, Identidade, Religião.

CAMINHOS DA INTOLERÂNCIA: O PASSADO QUE AINDA NÃO PASSOU. A FOGUEIRA AINDA ESTÁ ACESA

Rosalia Soares de Sousa

SEE/PE - Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Espiritualidade Contemporânea Pluralidade Religiosa e Diálogo, da Universidade Católica de Pernambuco: E-mail: rosageoceano@hotmail.com

Wellcherline Miranda Lima

SEE/PE – Secretaria de Educação de Pernambuco. Doutoranda em Ciências da Religião (UNICAP). E-mail: wellcherline@yahoo.com.br

Maria da Conceição Barros Costa Lima

SEE/PE – Secretaria de Educação de Pernambuco. Advogada, Bióloga e Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Email: poderdemaria@hotmail.com

Resumo: A história das religiões e instituições religiosas está repleta de contribuições para a sociedade, mas também de males, a exemplo da intolerância através da queima de livros ou da utilização de métodos dolorosos como a perseguição, matança e queima de pessoas que professam outras religiões ou que simplesmente interpretam de maneira diferente a mesma religião. O presente artigo busca refletir sobre aspectos da intolerância religiosa ocorridos no passado histórico, mas que ainda hoje se encontram presentes na sociedade através, entre outras formas, da queima de livros e do acender da fogueira para pessoa acusadas de bruxaria. Essa prática, ao contrário do que se poderia esperar, ainda acontece na atualidade. Longe de colocar essa situação nas generalizações, a intolerância religiosa é fato ainda que se considere a cultura da época. Violência é violência, apesar de variar no tempo e espaço. As crenças, os discursos e as práticas utilizadas nas religiões refletem a realidade destas na sociedade. Assim, a busca pelo diálogo inter-religioso deve estar presente mais do que nunca, principalmente na educação como caminho que possibilita minimizar a intolerância religiosa e solidificar a liberdade.

Palavras-chave: Diálogo inter-religioso; educação; intolerância religiosa; liberdade religiosa.

UM GOLPE DE CLASSE EM MARCHA: UM OLHAR SOBRE A HISTORIOGRAFIA, A PARTICIPAÇÃO CIVIL NO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964 E AS MARCHAS DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE.

Diego Andrev de Aguiar Lacerda

Mestre em História – Universidade Federal de Pernambuco
diego_andrev@hotmail.com

Resumo: Diversos trabalhos acadêmicos tratam do período de regime empresarial-militar brasileiro. Desde o processo de reabertura política, praticamente se consolidou na historiografia nacional o uso da terminologia “civil-militar” para determinar o golpe que destituiu o presidente João Goulart, em 01º de abril de 1964, bem como o regime ditatorial que o sucedeu. Após a publicação do referenciado trabalho do pesquisador René Armand Dreifuss “1964: a conquista do Estado” (1981), a Academia pôde entrever os meandros e sinuosidades que envolveram a maior articulação política de nossa história para a conquista da hegemonia, efetivada por parte do bloco de poder multinacional e associados. Recentemente, o uso da expressão “civil-militar” vem sendo posto em discussão devido sua utilização estar sendo relacionada com a visão simplista e controversa propagada pelo próprio regime golpista de que a sociedade civil participou da

derrubada de Goulart e clamou pela intervenção militar, sendo as “marchas da família com Deus pela liberdade”, incentivadas e promovidas essencialmente por setores religiosos alinhados ao bloco golpista, seus principais incentivadores. A problematização dessa temática estimulará o debate acadêmico envolto no apoio civil à intervenção militar existente, inclusive, em nosso atual momento político.

Palavras-chave: Golpe 1964; ditadura militar; historiografia.

Simpósio Temático 09 TRABALHO, MEMÓRIA E FONTES JUDICIAIS
--

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

1ª sessão

**MEMÓRIAS FERROVIÁRIA: COTIDIANO E SOCIABILIDADES DE JABOATÃO OPERÁRIO
(1960-70).**

Diógenes Mendes Calado
Licenciado em História/ UFPE
diogenes.1992@hotmail.com

Resumo: Existe um discurso oficial que batiza a História do município de Jaboatão dos Guararapes afirmando que a “*A pátria nasceu aqui!*” relembrando as famosas Batalhas dos Guararapes ocorridas no século XVII e que falam sobre a “expulsão” dos holandeses do território pernambucano. Esse discurso tem sido amplamente difundido na História local, de modo que muitas das vezes outros tipos de histórias são deixadas no esquecimento criando profundas lacunas na História da Cidade. No início do século XX, Jaboatão foi se transformando em um importante centro operário do estado de Pernambuco, fator que se consolidou na década de 60-70 a instalação das oficinas e a vinda de uma série de trabalhadores do interior do estado proporcionou um desenvolvimento industrial a uma cidade que até então estava marcada por engenhos e economia agroexportadora. Um complexo de oficinas foi instalado no centro da cidade cujo principal objetivo era construir locomotivas e realizar os mais diversos reparos nos trens da companhia inglesa Great Western. Este artigo tem por objetivo discutir as relações construídas pelos ferroviários da Cia inglesa com a cidade de Jaboatão, analisando o cotidiano e as sociabilidades através da memória oral.

Palavras-chave: Oficinas de Jaboatão - Memória ferroviária – sociabilidades.

**“MARMELADA DE TOMATE”?! DISCUTINDO AS RELAÇÕES DE TRABALHO COM O
SISTEMA DE PARCERIA DA FÁBRICA “PEIXE” (PESQUEIRA/PE, 1971-1972)**

Fernanda Silva Nunes
(UFPE – Graduanda em Ciência Política/Relações Internacionais – fehnunes_live@hotmail.com)

Resumo: Neste texto discutimos as relações de trabalho em um cenário de crise nacional e regional do Capitalismo, que marcou a fase industrial da cidade de Pesqueira/PE, a partir de meados dos anos 1960. O município de Pesqueira no Semiárido pernambucano, a cerca de 215 Km da capital, Recife, onde a Fábrica “Peixe” destacou-se por adotar o “sistema de parcerias” nas relações de trabalho agroindustrial. A principal base econômica era a fabricação de doces com frutas e de notoriedade o extrato de tomate, com plantios na Serra do Ororubá, em áreas próximas

e município vizinhos, a exemplo de Sanharó. A força de trabalho era formada por camponeses, índios Xukuru, pequenos proprietários ou arrendatários de terras. As fontes para essa pesquisa foram os processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira (JCJ), dos anos 1971 e 1972, disponíveis no laboratório de pesquisa do Arquivo TRT/UFPE; além de entrevistas orais com atores sociais que participaram das reclamações trabalhistas. Procuramos compreender os desdobramentos dos “contrato de parceria” para os trabalhadores rurais e como é possível relacionar o cenário daquele período a atual Lei de Terceirização, proposta pelo Governo Federal e aprovada com a Reforma Trabalhista/2017.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; JCJ Pesqueira; “Contrato de Parceria”.

O USO DO “CARTÃO CEGO” NA FÁBRICA PEIXE DE PESQUEIRA

Gezenildo Jacinto da Silva
Mestre em história/UFPE
gezenildo@hotmail.com

Resumo: Este artigo é o resultado parcial da pesquisa que estamos realizando sobre a luta dos trabalhadores da Fábrica Peixe de Pesqueira por direitos, através dos processos impetrados na Junta de Conciliação e Justiça de Pesqueira entre os anos de 1971 a 1972. O município de Pesqueira fica localizado no Agreste de Pernambuco, destacando-se desde o final do século XIX na industrialização de doces de goiaba, e extratos de tomates. Sendo uma região localizada no semiárido nordestino que sofre com as estiagens periódicas, o trabalho nas indústrias de doce ou a ida para a Mata Sul a procura de emprego nos engenhos da região se constituíam nas melhores opções para garantir o sustento do trabalhador. A pouca instrução escolar e a baixa qualificação profissional levava-os, muitas vezes, a trabalhar sem o devido registro na carteira profissional, recebendo pagamentos inferiores ao salário-mínimo regional. O cartão de ponto, chamado “cartão cego”, citado nos processos da J.C.J de Pesqueira por alguns reclamantes, era um dos sinais que identificava o trabalhador que estava contratado nestas condições. Pretendemos fazer uma crítica historiográfica sobre a indústria doceira do município de Pesqueira e analisar as possíveis consequências causadas ao trabalhador pelo uso do “cartão cego”.

Palavras-chave: Trabalhador. Processos Trabalhistas, Cartão Cego.

SOCIABILIDADES E MODOS DE VIDA EM UMA VILA OPERÁRIA. O CASO DE CAMARAGIBE. (1900-29)

Marcos Alesandro Neves dos Santos.
Titulação: Mestre - UFPB
Email: marcos.alessandro.neves@hotmail.com

Resumo: O artigo tem o intuito de analisar o processo de implantação das vilas operárias no Brasil com foco especial na vila de Camaragibe, situada em Pernambuco que trás uma singularidade por conta da forte presença da religião (*Rerum Novarum*) católica como diretriz para as ações da vila. Sendo assim, é importante analisar como os operários viviam nesses simulacros de cidades e quais mudanças eram promovidas no convívio com outros trabalhadores e com seus patrões. Para aprofundar as análises sobre a sociabilidade operária em Camaragibe, será utilizado como pano de fundo a Sociedade de Mútuo Socorro que ocupava a função de prover um respaldo aos operários em dificuldades como em caso de doenças, acidentes, aposentadoria e falecimento. Por vezes, a maior ênfase dada às associações, sindicatos e movimentos grevistas toma para si um

grande holofote, no entanto, as vilas, implantadas em grande parte no final do século XIX e início do XX, nos propiciam uma análise rica em um contexto específico em que operários estavam inseridos.

Palavras-chave: Sociabilidades- Trabalhadores – Camaragibe.

O PROCESSO DE EXTINÇÃO DA ESTABILIDADE DO TRABALHADOR CELETISTA E A INSTITUIÇÃO DO FGTS: O CASO DOS OPERÁRIOS DA MACAXEIRA

Emanuel Moraes Lima dos Santos

Resumo: A Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço como regime optativo ao da estabilidade, conferido pela Consolidação das Leis do Trabalho em seu art. 492. Contudo, tal ato se deu no contexto político do golpe de 1964, sob alegação do Governo Castello Branco de estar-se tentando corrigir práticas deturpadas por parte de empregadores, em detrimento do direito do trabalhador. No entanto, a realidade dos fatos mostrava que mesmo antes da instituição do regime do FGTS, os patrões desde abril de 1964 iniciaram um processo de perseguição política dos trabalhadores estáveis. Bem como houve um aprofundamento deste processo, após a sua legitimação perante a lei. Na Fábrica da Macaxeira, a exemplo das demais fábricas têxteis nacionais e até mesmo das demais indústrias reconhecidas como as principais ofertantes de emprego do país, houve diversas práticas administrativas voltadas para a realização de “acordos” que tinham como propósito a abdicação do trabalhador de sua estabilidade adquirida ou após o instituto jurídico do FGTS que impunham a opção arbitrária do regime de FGTS, em detrimento do regime da estabilidade ainda vigente, o qual somente foi abolido com a Constituição Federal de 1988. O fato é que a recorrência dos processos trabalhistas para fins de homologação destes “acordos” de abdicação da estabilidade encontrados na Justiça do Trabalho, somados aos relatos de antigos trabalhadores, nos dão um panorama do *modus operandi* do processo de perseguição da estabilidade dos trabalhadores pelas empresas.

Palavras-chave: Estabilidade, CLT, FGTS, Ditadura.

WILLYS OVERLAND EM JABOATÃO (1966-1967)

Karlene Sayanne

Resumo: A instalação da fábrica Willys na cidade de Jaboatão desencadeou na produção de discursos jornalísticos e disputas políticas. A geração de empregos e incentivos financeiros circulando no estado foram justificativas para implementação da montadora de carros no nordeste brasileiro. O então governador Paulo Guerra propagava o discurso de desenvolvimento, industrialização e modernização do estado de Pernambuco. A Willys Overland está inserida nessa teia de relações de interesses políticos e econômicos da década de 1960 no estado. Nosso objetivo neste trabalho é discutir, através das informações contidas nos processos trabalhistas impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão, as experiências de trabalho dos operários da fábrica. É de nosso interesse entender como se deu a inserção desses trabalhadores no mundo fabril urbano, já que nossas fontes apontam que muitos dos trabalhadores saíram do trabalho rural em Pernambuco. Nesse caso, os processos trabalhistas e entrevistas realizadas com trabalhadores da fábrica serão o fio condutor deste artigo.

Palavras-chave: Willys Overland; trabalhadores; Processos Trabalhistas.

2ª Sessão:

O MEMORIAL PONTES DE MIRANDA E O ACERVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM ALAGOAS: MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO PARA UMA HISTÓRIA DO TRABALHO

Kawana Tayonara da Silva Santos
Universidade Estadual de Alagoas -UNEAL
(Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. É membro do grupo de pesquisa Memória, política e trabalho, pesquisando sobre o Trabalho e Justiça do Trabalho em Alagoas)
E-mail: kawana_tayomara@outlook.com

Marcelo Góes Tavares
Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL
(Historiador, Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFPE. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília – UnB. É professor de História do Brasil na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL / Campus Palmeira dos Índios, onde também coordena o grupo de pesquisa “Memória, política e trabalho”. Atua também como docente no Centro Universitário Tiradentes – Unit.)
E-mail: marce_goes@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho analisa o processo de musealização do Memorial Pontes de Miranda em Alagoas e sua salvaguarda do acervo oriundo da Justiça do Trabalho no estado. Analisamos ainda significados e usos que tem sido atribuídos aos processos trabalhistas no âmbito da pesquisa histórica, tornando-se estas fontes documentais que permitem recuperar memórias e dimensões das histórias do trabalho, da justiça e seus operadores, e dos trabalhadores e patrões. É nesses usos e possibilidades de se recuperar tais histórias, a experiência de trabalhadores, justiça e patrões, que pensamos a valorização do Memorial e seu acervo como patrimônio. Como aporte teórico-metodológico, utilizamos Walter Benjamin, Antônio Luigi Negro e Angela de Castro Gomes.
Palavras-chave: Justiça do Trabalho; Trabalho; Patrimônio.

MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO PERNAMBUCO: FONTE DE HISTÓRIA E MEMÓRIA COLETIVA TRABALHISTA

Nilton Gabriel dos Santos Vasconcelos
Licenciando em História, UFPE.
E-mail: nilton99gabriel@gmail.com

Resumo: Diante da atual conjectura de ataques aos direitos fundamentais, a história e a memória faz-se necessário reverberar os espaços museológicos como agentes de interlocução entre diferentes perspectivas e tempos históricos, que visam também fortalecer a luta na construção do posicionamento crítico diante das políticas repressoras impostas aos vários segmentos menos favorecidos e representativamente minoritários. Neste contexto, o atual artigo, visa contribuir com a afirmação do Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco como peça fundamental para o entendimento dos diversos nuances compreendidos dentro das relações trabalhistas e dos conflitos entre a classe patronal e a do proletariado. Fazendo-se valer das ações impetradas no âmbito jurídico trabalhista, esse espaço, a partir principalmente das especificidades contidas nos dissídios coletivos, vem desempenhando um trabalho voltado à construção da memória coletiva, conceito de Maurice Halbwachs. Além desta, busca também a partir dos estudos de casos a

aplicação prática, o levantamento de informações relevantes para o atendimento das demandas sociais existentes e a exposição para os vários setores interessados e potencialmente protagonistas.

Palavras-chave: História Social; Memória Coletiva; Trabalho.

OPERÁRIOS E JUSTIÇA DO TRABALHO EM ALAGOAS: CONDIÇÕES DE VIDA, LUTA POR DIREITOS E CIDADANIA (ANOS 1950)

Regina Correia de Lima

Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL

(Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. É membro do grupo de pesquisa Memória, política e trabalho, pesquisando sobre o trabalho e a justiça do trabalho em Alagoas.)

E-mail: reginacorreiaedelima@hotmail.com

Kethily Kaliny Leal Silva

Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL

(Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. É membro do grupo de pesquisa Memória, política e trabalho, pesquisando sobre o trabalho e a justiça do trabalho em Alagoas.)

E-mail: kethilyleau@gmail.com

Marcelo Góes Tavares

Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL

(Historiador, Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFPE. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília – UnB. É professor de História do Brasil na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL / Campus Palmeira dos Índios, onde também coordena o grupo de pesquisa “Memória, política e trabalho”. Atua também como docente no Centro Universitário Tiradentes – Unit.)

E-mail: marce_goes@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho analisa os litígios entre trabalhadores e fábricas em Alagoas na década de 1950, com ênfase nas demandas por direitos de operários têxteis. Abordaremos como tais demandas expressavam dimensões das condições de vida e o protagonismo dos operários nas lutas políticas por cidadania durante o período democrático no Brasil (1945-1964). Como *corpus documental*, utilizamos processos trabalhistas impetrados a partir de reclamações na Junta de Conciliação e Julgamento – JCJ de Maceió na década em tela, bem como seu cruzamento com outras fontes, como periódicos. A análise e reconstrução narrativa são ainda balizadas por referenciais historiográficos como Angela de Castro Gomes, Antonio Torres Montenegro, José Murilo de Carvalho, e Antonio Luigi Negro.

Palavras-chave: História; Operários; Justiça do Trabalho.

O ACERVO DO MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO COMO FONTE PARA HISTÓRIA: CASO DA USINA SANTA TEREZINHA E OS CONFLITOS ENTRE TRABALHADORES RURAIS E INDUSTRIAIS DA MATA SUL EM PERNAMBUCO E OS USINEIROS NA DÉCADA DE 1980.

Maria Janyne de Queiroz Santos e Milena Pereira dos Santos
Graduandas em História-UFPE

janynequeiroz@hotmail.com e milena_psantos@hotmail.com
Orientadora: Profa. Dra. Marcília Gama da Silva - DEHIST –
UFRPE marcilia.silva@trt6.jus.br

Resumo: A pesquisa tem como fonte de estudo o processo da Usina Santa Terezinha existente no Memorial da Justiça do Trabalho, da década de 1980, em que foi travado um dos mais longos conflitos envolvendo os trabalhadores rurais e industriais, a Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares, o Instituto do Açúcar e do Alcool e a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco. Trabalhamos o conceito de luta de classes em Marx (2009), para trazer à tona o objeto da investigação que é as rupturas e continuidades que permeiam o universo laboral dos trabalhadores da usina. Assim como, entender quanto à propriedade da terra define as relações conflituosas entre as referidas classes e de que forma as velhas estruturas de poder oligárquicas se organizam para negar direitos que a própria Justiça do Trabalho reconheceu, ao determinar, em decisão histórica, a reabertura da Usina destinando a produção para pagamento das dívidas trabalhistas, dando origem a disputa entre as partes e colocando em cheque o papel da própria Justiça do Trabalho. Por se tratar de agentes sociais distintos, é possível vislumbrar as fissuras no âmbito das relações conflituosas do campo, assim como, perceber a tensão e o embate travado na Justiça trabalhista com a classe proprietária dos usineiros.

Palavras-chave: Usineiros, trabalhadores e conflitos sociais.

“JUSTIÇA PARA OS SECURITÁRIOS”: AUMENTO SALARIAL E LUTA POR DIREITOS NO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (1945-1947)

Alessandra Belo Assis Silva
Doutoranda em História Social pela Unicamp
E-mail: alessbelo@gmail.com

Resumo: O presente texto faz parte de minha tese de doutorado que está em andamento, intitulada *Conflitos de classe nos processos decisórios do Tribunal Superior do Trabalho (1946-1964)*. O objetivo principal desta apresentação é o estudo da campanha salarial empreendida pelos trabalhadores de lucrativas companhias de seguro no contexto do pós-guerra. Conhecidos como securitários, eles formavam uma categoria bastante coesa e combativa, cuja luta por aumento salarial nos tribunais do trabalho envolveu três sindicatos das capitais: Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. Tais associações entraram com dissídios coletivos contra os sindicatos patronais em seus respectivos tribunais regionais e, não obtendo o aumento pleiteado, interpuseram recursos no Tribunal Superior do Trabalho. A luta dos securitários contou também com uma campanha explosiva nos jornais com o intuito de conquistar a opinião pública. De uma maneira geral, o estudo de caso dos securitários revelou-se extremamente significativo para a análise dos conflitos de classe de redemocratização do país. As discussões dos ministros do TST não trazem à tona somente o desenrolar do litígio envolvendo a categoria, como abre ampla margem para a compreensão do entendimento da última corte sobre alguns temas caros ao direito do trabalho, a saber: o aumento salarial e o direito de greve, cuja articulação passava pelo poder normativo da Justiça do Trabalho, nos primeiros anos de funcionamento dos tribunais trabalhistas.

Palavras-chave: Trabalhadores, Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho.

HORIZONTES E PRÁXIS NA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE NAZARÉ DA MATA

Raíssa Toledo de Oliveira
Graduanda da Universidade Federal de Pernambuco
raissatoledo@live.com

Resumo: Desde a instituição das Juntas de Conciliação e Julgamento no estado de Pernambuco observa-se a manifestação de um novo panorama político e social diante das relações trabalhistas entre as usinas e engenhos e os trabalhadores rurais, tais mudanças se expressam mais relevantes na Justiça do Trabalho devido ao contexto do governo militar no Brasil. No interior de Pernambuco essa conjuntura se apresentou sem dúvidas de forma repressiva e violenta no âmbito trabalhista, no entanto, pretendemos refletir e elucidar nesse trabalho a atuação da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata e o desenvolvimento de seus processos diante das reivindicações dos trabalhadores em meio a tantas mudanças, assim como a postura dos personagens atuantes nessa Junta.

Palavras-chave: justiça; trabalho; Pernambuco.

RELAÇÕES TRABALHISTAS E JUSTIÇA DO TRABALHO NA DITADURA MILITAR EM ALAGOAS

Renata Carla Silva de Gusmão
Mestranda do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas
E-mail: renatacarlagusmao@hotmail.com

Resumo: No decorrer de sua atuação, a Justiça do Trabalho tornou-se continuamente uma dimensão importante nas relações trabalhistas no Brasil. Cada pico ou queda de crescimento coincide com momentos salientes das relações de classe ou da conjuntura política mais geral, como afirma Adalberto Cardoso em *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. Dessa maneira há razões para acreditar que os processos trabalhistas fornecem uma via de acesso à classe trabalhadora e ao momento político, social e econômico em que esta se inseria. Dentro dessa ótica é possível perceber a partir das reclamações determinados aspectos das condições de vida extrínsecas ao ambiente de trabalho, ligadas a condições financeiras de existência, a forma como uma classe desprivilegiada se relaciona com o Direito e com o Judiciário. Como parte possível desse panorama de possibilidades, pretendemos caracterizar e discutir as condutas adotadas pelos trabalhadores durante a ditadura militar, um momento cujo projeto político-econômico desmantelou organizações sindicais, sufocou movimentos grevistas, implantou o arrocho salarial, perseguiu, torturou e matou os que “ameaçavam” a ordem e impôs um enquadramento do mundo do trabalho condizente a tal projeto.

Palavras-chave: Trabalhadores; Justiça do Trabalho; Ditadura militar.

Quinta-feira, 23 de novembro de 2017:

1ª sessão:

DISPUTAS TRABALHISTAS E PODER POLICIAL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POLICIAL NOS PROCESSOS TRABALHISTAS NO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA-PE NA DÉCADA DE 70.

Gustavo Galvão Portela Melo
(Aluno do curso de bacharelado em História pela Universidade Federal de Pernambuco.)
(gustaaavogalvao0@gmail.com)
Universidade Federal de Pernambuco
História de Pernambuco- Professor Dr. Severino Vicente

Resumo: Este artigo tem como um dos seus objetivos analisar a atuação da polícia nos municípios encontrados na Zona da Mata Norte pernambucana e suas práticas em plena ditadura civil-militar, mais precisamente nos anos de 1974 e 1975. Por meio de dois processos trabalhistas pertencentes a extinta Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata em Pernambuco, será possível perceber as relações envolvendo os trabalhadores rurais desta região, seus patrões, e o papel da polícia local neste encadeamento. Constam nestes processos alegações de práticas ilícitas praticadas pelos representantes da delegacia de polícia de Nazaré da Mata e Timbaúba a fim de favorecer as partes detentoras de maior poder dentro do espectro social da Zona da Mata pernambucana: os proprietários de rurais. É importante perceber também como as autoridades policiais se aproveitavam do ambiente da delegacia de polícia para realizar práticas coercitivas contra os trabalhadores.

Palavras-chave: Nazaré da Mata, Justiça do Trabalho, Delegacia de Polícia.

PRONTUÁRIO FUNCIONAL 26.981: AS PRISÕES PREVENTIVAS EM PERNAMBUCO NO ANO DE 1964

Raphael Henrique Roma Correia
(Mestre em História / UFPE)

Resumo: Busco a divulgação e o debate sobre uma pesquisa relacionada às “prisões preventivas” efetuadas graças as comunidades de segurança e informação, em Pernambuco, após a implantação da ditadura civil-militar no ano de 1964. Objetiva-se, principalmente, analisar a estruturação e o funcionamento das instituições responsáveis pela segurança e informação naquele período; problematizar os motivos e justificativas destas detenções efetuadas tão logo se instituiu o regime ditatorial. Dando, desta forma, evidência às trajetórias de vidas de anônimos que tiveram o cotidiano invadido pela ideia de normatização que o regime militar instituiu, os quais ao serem considerados “subsersivos” experimentaram o peso de um encarceramento militar. Ao arriscar explorar situações tão complexas o estudo busca utilizar diversos métodos fornecidos pela Nova História, buscando a articulação de conceitos como cultura política, biopolítica e micro-história. As fontes utilizadas para compor a dissertação são, principalmente, os documentos do DOPS/PE, e os relatos orais de memória do CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco e do Projeto Marcas da Memória.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Prisões Preventivas; Arquivos Policiais.

AS ELEIÇÕES SINDICAIS CHEGARAM NA JUSTIÇA DO TRABALHO: OS PROCESSOS TRABALHISTAS DOS OPERÁRIOS DA COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA QUE PARTICIPARAM DO PLEITO ELEITORAL DE 1951.

Anna Maria Litwak Neves
Mestranda
Programa de Pós-Graduação em História – UFPE
Anna.litwak@gmail.com

Resumo: O “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassú”, cujas origens remontam ao princípio dos anos 1930, consolidou-se como uma das principais organizações de luta dos operários têxteis contra os desrespeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por parte da Companhia de Tecidos Paulista (C.T.P.). Sua história foi marcada por sucessivas intervenções que, no entanto, não foram capazes de suprimir a mobilização dos trabalhadores para concretizar a aplicação da CLT nas relações de trabalho. Após

longo período de intervenção ministerial, que vai de 1947 até 1951, um processo eleitoral para presidência do Sindicato consagrou a vitória de Manoel Guedes, em detrimento de José Justino (o candidato apoiado pelos Lundgren). Em represália, a C.T.P. preseguiu, de diferentes formas, não apenas os operários que integraram a chapa vitoriosa, como também os que atuaram como fiscais nas eleições sindicais; situação esta que resultou em processos trabalhistas de reparação. Esse trabalho tem por objetivo analisar o teor de parte dessas ações judiciais, que atualmente se encontram sob a guarda do Laboratório Memória e História do Tribunal Regional do Trabalho TRT6/UFPE.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; indústria têxtil; Sindicato.

O ALGODÃO NOS ENLACES ENTRE MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA EM ALAGOAS

Marcelo Góes Tavares

Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL

(Historiador, Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFPE. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília – UnB. É professor de História do Brasil na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL / Campus Palmeira dos Índios, onde também coordena o grupo de pesquisa “Memória, política e trabalho”. Atua também como docente no Centro Universitário Tiradentes – Unit)
E-mail: marce_goes@hotmail.com

Érica de Oliveira Santos

Universidade Estadual de Alagoas -UNEAL

(Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC da UNEAL / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL. É membro do grupo de pesquisa Memória, política e trabalho, pesquisando sobre o trabalho na produção algodoeira em Alagoas.)
E-Mail: erica18olivet@gmail.com

Clara Maysa Alves da Rocha Torres

Universidade Estadual de Alagoas -UNEAL

(Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC da UNEAL / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL. É membro do grupo de pesquisa Memória, política e trabalho, pesquisando sobre o trabalho na produção algodoeira em Alagoas.)
E-mail: mayza_cl@hotmail.com

Resumo: Este artigo analisa o algodão e sua presença e/ou ausência na historiografia em Alagoas. O algodão, foi um dos principais produtos agrícolas em áreas alagoanas do Agreste, Sertão e até mesmo sendo registrado na Zona da Mata (onde prevalece a cana-de-açúcar) entre meados do séc. XIX e XX, no entanto foi pouco referenciada na historiografia alagoana. É comum nessa mesma historiografia uma prevalência da temática do açúcar, sendo esta atividade considerada por alguns autores, como determinante na formação histórica de Alagoas. No entanto, algodão possuía ampla abrangência, e sua inserção na rede produtiva era diferenciada. Era plantado em pequenas e médias propriedades rurais, articulava-se com a indústria de beneficiamento e fábricas têxteis, permitia a fixação do trabalhador no campo, foi objeto de órgão estatal, foi exportado para estados vizinhos e/ou países. Propomos, desse modo, discutir a memória sobre o algodão em uma relação de lembrança e esquecimento (Benjamin, 1996; Ricouer, 2007), que reconheça outras possibilidades de histórias e narrativas sobre o passado,

abordando uma história cultural (Chartier, 2002; Hunt, 2001; Pesavento, 2003) sobre o cotidiano (Certeau, 2001), o trabalho e a produção do algodão.

Palavras-chave: Memória; Historiografia; Algodão.

OS DEPOIMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS NOS PROCESSOS TRABALHISTAS E A MEMÓRIA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DO REGIME CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Ademir Bezerra de Melo Junior

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB

ademirjr330@hotmail.com

Resumo: Esse artigo busca refletir sobre a importância dos arquivos da Justiça do Trabalho para a preservação da memória das relações de trabalho em nossa sociedade. Para tanto, enfocamos os depoimentos de trabalhadores rurais da zona canavieira pernambucana, buscando salientar de que maneira tais relatos, tanto pelo que dizem como também pelo que silenciam, podem ajudar no resgate da memória das relações de trabalho nessa região no contexto do Regime Civil-Militar (1964-1985). Tais relatos são fornecidos em circunstâncias bastante específicas, sendo parte de processos no âmbito da Justiça do Trabalho, e resguardam elementos essenciais da vivência cotidiana dessas relações de trabalho, do ambiente marcado pela onipresença da violência dos proprietários, seja ela potencial ou praticada de fato, da consciência que os próprios trabalhadores tinham das suas condições de vida, da margem de manobra que possuíam para reivindicar direitos e para ampliar as possibilidades apresentadas pela Lei.

Palavras-chave: Fontes Judiciais; Trabalhadores Rurais; Regime Civil-Militar.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE DIREITOS TRABALHISTAS REFERENTE ÀS FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS E INDUSTRIAIS DA USINA SANTA TEREZINHA EM PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 1980.

Cheyenne David de Medeiros Teodózio e Willams Fernando Santos da Silva.

Graduandos em História na UFPE

cheyenneteodozio@hotmail.com e willams-13@hotmail.com

Orientadora: Marcília Gama da Silva

DEHIST – UFRPE marcilia.silva@trt6.jus.br

Resumo: A pesquisa analisa a crise econômica e social instalada a partir da intervenção judicial na Usina Santa Terezinha responsável por um dos maiores descumprimentos ao direito do trabalho, envolvendo cerca de seus 3.000 trabalhadores da indústria e do campo. Com as denúncias de desvio e corrupção de usineiros, do administrador - indicado como interventor pelo o então juiz da Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares - também acusado de participação nos desvios dos lucros fraudulentários, desencadeou o escândalo, que foi levado aos governadores dos dois estados e ao presidente José Sarney. Além das intrigas políticas, chama-nos a atenção à condição de miséria imposta a classe trabalhadora dos municípios de Água Preta e Palmares -PE, Jundiá e Jacuípe – AL, cuja fome e miséria de várias famílias ligadas às atividades laborais da usina motivaram o saque ao comércio e o colapso da economia, paralisando diversas atividades. O estudo da crise tem como viés o aporte teórico de “solidariedade orgânica” de Durkheim (2007). O processo datado da década de 1980 e as notícias do escândalo são manchetes dos jornais Diário de Pernambuco e Gazeta de Alagoas, encontrados no acervo do Memorial da Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Usina, classe trabalhadora, crise econômica.

O "ZÉ FERRUGEM VARREU OS PELEGOS DO SINDICATO": (RE) ORGANIZAÇÃO, GREVES E MOBILIZAÇÕES DOS METALÚRGICOS DE PERNAMBUCO 1981-1986.

Suzane Batista de Araújo
Mestranda (UFPE)
Professora do Ensino Fundamental
suzanebaraujo@hotmail.com

Resumo: O Golpe perpetrado em março de 1964 empenhou-se, dentre outras questões, em “sufocar” as trajetórias de lutas e conquistas dos trabalhadores que vinham ocorrendo no país até àquela altura. Confiados às mãos de dirigentes comprometidos com a “nova ordem” e atentos para desencorajar qualquer tipo de articulações e reivindicações promovidas pelos trabalhadores, os Sindicatos foram reduzidos ao exercício meramente assistencialista. Em Pernambuco, a partir de 1979, um grupo de oposição sindical metalúrgica começa a ser gestado clandestinamente, passando a contar com o apoio da Igreja para realização de suas reuniões. A partir daí a oposição metalúrgica lançou mão de uma série de ações e articulações que levaram à tomada de seu órgão de classe, em 1981, das mãos dos pelegos. É diante da conjuntura política, econômica e social da década de 1980 que o Sindicato dos Metalúrgicos se engaja nas mais diversas lutas que englobam tanto a sua categoria (ameaças de demissões, greves e etc.) quanto as de cunho nacional (como a criação da CUT). Assim, o estudo sobre a categoria dos metalúrgicos de Pernambuco vem a contribuir para entendermos o panorama das lutas locais em consonância com o quadro geral brasileiro de 1981-1986.

Palavras-chave: Golpe 1964; Trabalho; Sindicato dos Metalúrgicos.

2ª Sessão:

MOBILIZAÇÕES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE AGRÍCOLA DE PLANTADORES E PECUARISTAS DE PERNAMBUCO NO PERÍODO PRÉ-1964.

Thâmara Brenda Lopes de Souza.
Graduanda em Licenciatura em História (UFPE).
thamarabrendasouza@gmail.com

Resumo: O presente artigo tratará do estudo sobre as mobilizações, movimentos e lutas sociais agrárias no período que antecede o Golpe Civil-Militar no Brasil. O estudo busca demonstrar as repressões, violações e as resistências que ocorreram antes do período ditatorial em Pernambuco. Além disso, tem como objetivo pesquisar as motivações, organizações e a atuação da Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (Ligas Camponesas) antes de 1964, tomando por base o jornal “A Liga”, utilizado pelo movimento para demonstrar a luta dos camponeses ao longo do país em busca da Reforma Agrária e por melhores condições de vida e trabalho no meio rural. A pesquisa mapeia registros e documentos do movimento, estudando e sistematizando esses arquivos, com enfoque nos órgãos de informação e de repressão do regime militar ao investigar as mobilizações, lutas, resistências e reivindicações do movimento.

Palavras-chave: Ligas Camponesas, lutas sociais, mobilizações.

TRABALHO ANÁLOGO A DE ESCRAVO EM PERNAMBUCO: LIMITES E CONQUISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (1970 – 1990)

Lucas Bastos de Paula Cavalcante Silva
Graduando (Licenciatura em História) - UFPE
lucasbastosilva@gmail.com

Resumo: A Zona Canavieira de Pernambuco conviveu por mais de três séculos com um modelo de escravidão legalmente sancionado pelo Estado brasileiro. A Lei Áurea de 1888 aboliu o sistema escravista, entretanto, este se arraigou profundamente na formação socioeconômica da Zona da Mata pernambucana. Dessa maneira, ainda é possível perceber permanências e traços do regime escravista no estado. Este trabalho objetiva discutir e caracterizar o fenômeno conhecido como “escravidão contemporânea” na região canavieira de Pernambuco. A pesquisa também contempla a interferência do Estado brasileiro nas relações trabalhistas, principalmente a partir da década de 1970, quando a Justiça do Trabalho, através das Juntas de Conciliação e Julgamento, passa a ser mais atuante na mediação dos conflitos entre trabalhadores e patrões. Além da ação do Estado, é importante evidenciar a atuação de organizações civis, em especial os sindicatos rurais e a Comissão Pastoral da Terra.

Palavras-chave: Escravidão contemporânea, Pernambuco, Justiça do Trabalho.

VIOLÊNCIA NO CAMPO: REGISTROS DE VIOLÊNCIA CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS DENUNCIADOS PELO JORNAL “A LIGA” E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Luiz Henrique Santos Ferreira da Costa.
Graduando em Licenciatura em História (UFPE).
luizhsfcosta@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a trajetória da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, mais conhecido como Ligas camponesas, no período pré ditadura civil militar de 1964, principalmente no que tange o contexto de repressão e violência institucional e civil sofridas pelos trabalhadores rurais espalhados pelo Brasil. Será tomado como norte o jornal “A Liga”, fundado e publicado por Francisco Julião entre 1962 e 1964, a fim de dar voz aos trabalhadores rurais, denunciar os desmandos do Estado e dos latifundiários frente aos movimentos sociais camponeses, bem como servir como um mecanismo de resistência e de luta pela reforma agrária. A pesquisa se propõe a analisar os registros de violência publicados no jornal, observando suas motivações, papel do Estado e a mobilização camponesa de resistência frente às repressões.

Palavras-chave: Ligas Camponesas, violência, jornal “A Liga”.

JUSTIÇA DO TRABALHO: DISPUTAS E DISCURSOS NA JUNTA DE GOIANA (1979-1980)

Clarisse dos Santos Pereira
Mestre em História pela UFPE; clarisse.pereira@ufpe.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir os resultados da minha dissertação, intitulada “Precarização e resistência: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (Goiana, 1979-1980)”. Nela, procurei analisar os discursos enunciados por trabalhadores e patrões nos conflitos trabalhistas dentro da Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana, município da Zona da Mata Norte pernambucana. Neste artigo, pretendo ampliar a discussão sobre as maneiras

através das quais o aparato jurídico das Juntas de Conciliação e Julgamento atuou no embate de empregados e empregadores, legitimando ou não os discursos formulados por estas personagens. Seguindo as trilhas abertas por Michel Foucault em seu texto/aula “A Ordem do Discurso”, busco analisar as relações de poder circunscritas a estes discursos, seus usos, assim como as possibilidades da sua aparição, buscando aprofundar o entendimento sobre as táticas e estratégias articuladas por empregados e empregadores na zona canavieira de Pernambuco.

Palavras-chave: trabalhadores rurais; processos trabalhistas; discurso.

A AMAZÔNIA E O NORDESTE NO DISCURSO GOVERNAMENTAL: TRABALHADORES RURAIS EM DESLOCAMENTO (1970-1985)

Joana Maria Lucena de Araújo
Doutoranda em História
Universidade Federal de Pernambuco
joana.lucena25@gmail.com

Resumo: Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da década de 1970 o Brasil vivenciou um acentuado aumento nos deslocamentos populacionais, especialmente, em direção aos estados que compõem a Amazônia. A intensificação dos movimentos populacionais, dirigidos a uma área específica, é, em parte, resposta aos projetos de desenvolvimento regional do governo federal (que previam, segundo suas palavras, a ocupação “ordenada” do território amazônico) e às intensas propagandas veiculadas pelas empresas de colonização privada, apoiadas pelo Estado. Essa publicidade ajudou a construir a imagem de uma Amazônia mítica, com terras abundantes e férteis, disponíveis a qualquer família que se dispusesse a ocupá-la.

Além de recorrer ao discurso da escassez de terras disponíveis para os pequenos produtores rurais, o governo, ainda, justificava como causas para a migração os desastres naturais que assolavam a zona rural de algumas regiões do Brasil.

Palavras-chave: Migração, Trabalho, Nordeste.

SINDICALISMO URBANO EM PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO PAULISTA E IGARASSU DURANTE O MOVIMENTO GREVISTA DE 1963

Luiz Gustavo Bezerra de Melo

Nesta pesquisa em andamento, procuramos entender as relações que foram desenvolvidas através da atividade sindical na defesa e conquistas dos interesses dos trabalhadores têxteis frente à administração da Companhia de Tecidos Paulista (CTP). Tal investigação procura entender o fortalecimento do sindicalismo brasileiro na década de 60 fortalecido pelos pactos e alianças firmados na década de 50, observando sua atuação até o estabelecimento do regime de exceção, com o Golpe Militar de 1964. Diante do atual desmonte dos direitos trabalhistas no Brasil, esta pesquisa pretende problematizar a atuação e a importância do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Paulista/Igarassu, no movimento grevista no ano de 1963. Acreditamos ser de grande valor a construção historiográfica de um passado recente de lutas trabalhistas em nosso País.

Palavras-chave: Sindicato dos Têxteis; Fábrica de Tecidos Paulista; Lutas sindicais.

Simpósio Temático 10
ARTISTAS E INTELLECTUAIS: PRODUÇÕES, ESPAÇOS INSTITUCIONAIS, TRAJETÓRIAS E
SOCIABILIDADES LETRADAS

Quarta-feira, 22 de novembro de 2017:

A PESQUISA SOCIOLÓGICA E O FILME DOCUMENTAL EM CAJUEIRO NORDESTINO
(1955-1962)

Arthur Gustavo Lira do Nascimento
Doutorando em História (UFPE)
arthurlira31@hotmail.com

Resumo: Sediado no Recife, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais (IJNPS) exerceu um importante papel na promoção da pesquisa social e do filme etnográfico sobre o Nordeste brasileiro. Em 1962, o IJNPS produz o curta-metragem *O Cajueiro Nordestino*, contando com a direção do paraibano Linduarte Noronha e fotografia do pernambucano Rucker Vieira. Filme baseado na tese homônima do jornalista Mauro Mota, com a qual se submeteu ao concurso para a cátedra de Geografia do Brasil do Instituto de Educação em Pernambuco, em 1955. Nela, Mota enfoca a relação do cajueiro com os indígenas, suas origens, distribuição geográfica, a castanha, o cajueiro na cultura popular e na literatura. O livro ganha sua primeira edição em 1956, mesmo ano em que Mota é nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek para o cargo de diretor executivo do IJNPS, onde permanece até 1970. Este trabalho se propõe a fazer uma análise do documentário, as articulações de sua realização e a relação com a pesquisa social, como ferramenta para a compreensão da construção discursiva do Nordeste.

Palavras-chave: Cajueiro Nordestino; Nordeste; Documentário.

PARTE DA HISTÓRIA DE UM MUSEU ESTÁ ATRIBUÍDA A SEU NOME: GALERIA
METROPOLITANA DE ARTE DO RECIFE (1981)

Eduardo Castro
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE
Educastro1703@gmail.com

Resumo: Parte da história de um museu está atribuída a seu nome. Maria Cecília Lourenço (1999) lembra, por exemplo, que o nome “museu de arte moderna” carrega consigo uma localização histórica e também marca uma vocação museológica: a imagem da arte moderna é vitoriosa e unida a valores positivos. Assim, um museu pode ser denominado de várias maneiras, como o local onde o museu estava inserido, homenagens às características ou às personalidades, porém, esse nome fará parte da história da instituição como um adjetivo que o designa enquanto o museu existir. O presente artigo investigará a constituição da Galeria Metropolitana de Arte do Recife em 1981. Por que Galeria Metropolitana de Arte? Por que galeria e não museu? A instituição foi criada dentro do “padrão do museu tradicional = edifício + coleção + público” (MACHADO, 2009: 11) em um histórico casarão em estilo neoclássico, construído no final do século XIX, na Rua da Aurora, centro da Cidade do Recife. Buscaremos entender as aspirações, reveladas e ocultas, com a escolha da alcunha desta instituição, com o auxílio de diversos documentos. Entre eles, jornais da época, o Projeto Museológico e Museográfico e depoimentos de atores e atrizes sociais que tiveram parte na concepção.

Palavras-chave: Galeria Metropolitana de Arte, Museu de arte, Recife.

CÂMERA NA MÃO: OLHARES SOBRE O SUPER 8 EM "NOTURNA RÉ-CIFE MAIOR"

Ghita Almeida Galvão
Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco –UFPE
ghita.almeida@hotmail.com

Resumo: Muitos dos jovens da Classe Média recifense da década de 70, que viajavam para o exterior com o objetivo de estudar, voltavam de posse de uma câmera Super-8. Por ser barata e de fácil transporte, virou o material para a produção de filmes não só em Pernambuco, como no Brasil. É sabido que a História do Brasil, da década de 1970 é marcada pelo regime de governo militar de caráter ditatorial, que já vigorava desde 1964 e só acaba em 1985, com as eleições (indiretas) presidenciais e que a repressão artística e intelectual se fez presente em todo o período da ditadura, sendo a censura, na época, um grande instrumento de manutenção da ordem e do poder. O presente artigo se propõe a trabalhar o que se convencionou chamar de “Ciclo do Super8” cinema feito na bitola super 8mm em Pernambuco entre 1973 e 1983, (nomenclatura a qual iremos utilizar no trabalho, na intenção de facilitar a sua compreensão), Concordando com Marc Ferro, consideram-se no trabalho todos os filmes, ficção e documentário, como passíveis de serem analisados, percebendo e confirmando através deles formas de pensar e agir de seus realizadores. Pretende-se nesse trabalho, por tanto, analisar a ação desses artistas suscetíveis de repressão, a partir dos seus filmes, no sentido de perceber, parafraseando Jacques Rancière, como essa arte produzia uma resposta a dominação estatal.

Palavras-chave: cinema, história e cinema, super 8.

ARTISTAS E INTELLECTUAIS CATÓLICOS E A CULTURA ARQUITETÔNICA DA NEOCRISTANDADE: TRADIÇÃO E FUNCIONALIDADE NA ARQUITETURA RELIGIOSA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA.

Diomedes de Oliveira Neto
Mestre em História Social – PPGHIS/UFRJ
diomedesneto85@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa pretende problematizar, sob uma perspectiva da história cultural, as narrativas escritas por artistas e intelectuais católicos na primeira metade do século XX no Brasil acerca da arquitetura religiosa. Atentou-se nos textos às razões estéticas, funcionais e litúrgicas para novas práticas construtivas num momento em que a Igreja Católica brasileira experimentava rearranjos institucionais naquilo que a historiografia convencionou chamar de neocrisandade. Para tanto, foram analisados escritos de literatos como Gustavo Barroso e Alceu Amoroso Lima presentes nas revistas ilustradas das décadas de 1920 e 1930, veículos dispostos a debater junto à sociedade letrada, dentre outros assuntos, por uma nova cultura arquitetônica sintonizada com os centros urbanos europeus. Também para a pesquisa recorreu-se às revistas católicas que traziam discussões sobre arte, moral e religião em textos do artista plástico Carlos Oswald e do religioso Mons. Joaquim Nabuco. O que se percebe nas narrativas desses autores, leitores da tradição romântica e dos ideais nacionalistas e cristãos, é o desejo por uma arquitetura que conseguisse se abrir às novas experimentações técnicas, mas apoiada na tradição do catolicismo e na liturgia. Portanto, uma arte a serviço da religião.

Palavras-chave: intelectuais católicos, arquitetura, neocrisandade.

RECIFE NÃO EXISTE: SENSIBILIDADE E POLÍTICA EM DELMO MONTENEGRO

Francisco Pedrosa de Andrade
Mestrando em história pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Email: francisco_pedrosa94@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho visa criar uma análise da poesia contemporânea presente no livro Recife no hay de Delmo Montenegro. Propõe dessa forma se aprofundar no espaço de tensão que essa obra se coloca ao questionar os pressupostos tradicionais da história da poesia pernambucana. Para compreender esse dissenso sensível e suas correspondentes consequências políticas será importante a contribuição teórica de Jacques Rancière. Sobre tudo a discussão entre a realidade e a sua ficcionalidade, a possibilidade de um regime de verdade literário, será levantada. O diálogo entre uma sensibilidade que sublinharia a identidade local e seus questionamentos contemporâneos é o objetivo desse estudo.

Palavras-chave: História da literatura; Estética e política; História da literatura pernambucana.

Quinta-feira, 23 de novembro de 2017:

AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE PEREIRA DA COSTA: O(S) HISTORIADOR(ES) E AS INSTÂNCIAS DE CONSAGRAÇÃO

Wagner Carlos da Silva
Doutorando PPGH-UFPE
e-mail: wag.carlos.silva@gmail.com

Resumo: Este trabalho buscará tratar sobre as comemorações do centenário de nascimento de Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) que ocorreram em dezembro de 1951. Identificamos que esse acontecimento mobilizou algumas das principais instâncias culturais de Pernambuco daquele período. Nesse sentido, buscaremos visualizar como cada instância e seus agentes se posicionaram durante as comemorações, priorizando os investimentos aplicados na publicação do livro *Anais Pernambucanos*, de Pereira da Costa, que ocorreu durante a semana comemorativa. A partir da priorização dessa obra historiográfica de Pereira da Costa, procuraremos refletir sobre a sua consagração como historiador.

Palavras-chave: campo historiográfico pernambucano; Anais Pernambucanos; Pereira da Costa.

CAMPO INTELLECTUAL, CAMPO DE PODER: AS RELAÇÕES (DES)AMISTOSAS ENTRE GILBERTO FREYRE E MAURO MOTA A PARTIR DA PERSPECTIVA TEÓRICA DO SOCIÓLOGO PIERRE BOURDIEU

Tércio de Lima Amaral
Mestre em História Social da Cultura Regional (UFRPE)

Resumo: A presença dos jornalistas e cientistas sociais Gilberto Freyre (1900-1987) e Mauro Mota (1911-1984) marcou a intelectualidade pernambucana no século 20, ambos com espaço e projeção nacional. Na imprensa, mais precisamente no *Diário de Pernambuco*, jornal o qual os dois foram revelados, essa relação de amizade e de troca intelectual foi cristalizada como amistosa com elogios mútuos. No entanto, a partir de relatos analisados neste artigo, publicados em livros e jornais entre as décadas de 1950 e 1980, perceberemos que os dois intelectuais travaram disputas silenciosas nem sempre públicas. O nosso primeiro registro é do ano de 1970, quando Mauro Mota assumiu o assento do intelectual sergipano Gilberto Amado (1887-1969) na Academia Brasileira de Letras (ABL), contrariando a preferência do imortal que então faleceu por Gilberto Freyre. Anos

mais tarde, em 1971, os dois intelectuais, mais uma vez, se desencontraram quando Mota perdeu a direção do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), atual fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), para Fernando de Mello Freyre (1943-2005), filho de Freyre, que fundou o instituto em 1949. O objetivo desse artigo é analisar essa relação a partir da perspectiva teórica do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que entende a estrutura do campo intelectual como um estado de relações de forças entre seus agentes e suas instituições.

Palavras-chave: história da intelectualidade; Mauro Mota; Gilberto Freyre.

A CONTROVÉRSIA DESENVOLVIMENTISTA E A LUTA INTELLECTUAL POR UMA “NOVA” CIÊNCIA ECONÔMICA (1955 - 1964)

Lucas Souto Maior Gonçalves de Carvalho
Mestrando em História
Universidade Federal de Pernambuco
lucassouto.carvalho@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca tratar de parte de uma experiência de pesquisa sobre o desenvolvimentismo brasileiro, especificamente dentro do campo da ciência econômica. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, ganhava força em Economia o campo de estudo da “teoria do desenvolvimento”, que representava um novo modelo de preocupações sociais em um mundo que entrava na Guerra Fria. No Brasil, tal corrente adquiriu peso dentro do chamado “desenvolvimentismo”, principalmente a partir do governo JK (1956 - 1960), quando as metas por um desenvolvimento industrial transformaram-se no cerne dos debates políticos de então. Nesse ponto, à luta por um desenvolvimento planejado, com forte participação do Estado, conjugava-se a defesa de um próprio modelo “novo” de teoria econômica e do que é ciência como um todo, contrastando com a ideologia dominante à época, majoritariamente ortodoxa.

Palavras-chave: desenvolvimentismo, Economia, ciência.

ARTE EM REVISTA EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA, ESCRITAS SOBRE ARTE, CULTURA E POLÍTICA

Joana D’Arc de Sousa Lima

(Doutora em História pela UFPE, com pesquisa em história da arte brasileira, com foco na história da arte contemporânea e na História Cultural. Atualmente é professora colaborada no Programa Associado em Arte Visuais da UFPB/UFPE. É curadora independente e pesquisadora no Programa de Pós Doutorado do Departamento de História da USP.)

Resumo: Nesse artigo faço referências à produção da narrativa crítica das artes na primeira metade dos anos 1980 no Brasil. Para tanto, meu recorte será pautado pela breve apresentação de cinco revistas especializadas de arte produzidas nessa década. Outrossim, farei uma análise de um deles criado em 1979 com vida ativa até 1984 na cidade de São Paulo, especificamente, voltado para a produção da cultura brasileira e das artes visuais. Intitulada pelo professor Celso Favaretto de Arte em Revista, criada pelo Centro de Arte Contemporânea – CEAC, no âmbito da Filosofia da Universidade de São Paulo – USP. Segundo nosso olhar Arte em Revista foi um arquivo de potência política da memória da arte e da cultura brasileira de vanguarda. Se configurou não somente como veículo de difusão de ideias e ideários, tornou-se um lugar de exibição de documentos e fontes históricas, produziu inúmeras entrevistas com críticos de arte e artistas e fomentou a produção de pesquisas e textos acadêmicos, além da promoção e difusão de uma “arte interessada”. Interessada, ao mesmo tempo na renovação de linguagem e forma, ou seja,

interessada nas ideias e nas práticas de vanguarda, e, no processo social e político: simultaneamente uma arte que perseguia ideias e conceitos. O trabalho de investigação se deu por meio da produção de relatos orais de memória com os fundadores e fundadoras da Arte em Revista. Nesse artigo utilizo os relatos da professora Otilia Fiori Arantes e do professor Celso Favaretto. Também realizo análise formal da coleção e reflexão crítica sobre seu papel no contexto da década de 1980.

Palavras-chave: História da Arte Brasileira; Crítica de Arte Brasileira, Arte e Política. Arte em Revista.